

Lula sanciona Lei de Reciprocidade para enfrentar o tarifação

Luara Baggi - ASCOM-MCTI



Luciana anuncia repatriação de cientistas e 23 bilhões em IA

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, anunciou que o governo lançará um programa específico para trazer de volta pesquisadores brasileiros que hoje atuam na Argentina e nos EUA. A iniciativa integra um conjunto de ações para consolidar o Brasil como liderança global em inovação, tecnologia e inteligência artificial. Reverter o êxodo intelectual e fortalecer a produção científica nacional estão no centro da estratégia do Ministério. **Pág. 3**

Saad denuncia genocídio de Israel, "o maior que vi na vida"

O presidente do Grupo Bandeirantes, João Saad, utilizou o microfone, por ocasião do recebimento do prêmio do Rotary Club Internacional, para denunciar o holocausto palestino. Ele pediu que o Rotary Club "preste atenção ao maior genocídio que eu acompanhei ao longo de toda minha vida de jornalista". **Página 3**

CTB e Anamatra condenam Gilmar pela suspensão dos processos de pejetização

A decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender os processos judiciais que analisam as denúncias de "pejetização" – prática em que empresas contratam trabalhadores como pessoa jurídica para evitar obrigações previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – provocou críticas de entidades ligadas à defesa dos direitos trabalhistas, entre elas, a CTB e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho. **Pág. 5**



Para Trump, vítimas da espoliação são culpadas pela decadência dos EUA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei de Reciprocidade, após uma aprovação unânime por parte do Legislativo, que autoriza o Brasil a adotar medidas de retaliação comercial contra países que impuserem sanções unilaterais ao país, como as recentemente anunciadas pelo governo de Donald Trump, dos Estados Unidos (EUA). Foi uma resposta do Brasil ao tarifação praticado de forma tresloucada por Trump contra vários países, sob o falacioso argumento de que muitos se enriquecem às custas dos EUA. **Página 3**

Economia ficou estagnada em fevereiro, aponta pesquisa FGV

Dawud Abu Alkas - Reuters



Profissional de saúde nos escombros de onde ficava a emergência do Hospital Al Ahly, na Faixa de Gaza

Israel bombardeia único hospital que estava funcionando em Gaza

Bombardeio do hospital Al Ahly, ocorrido nas primeiras horas do domingo (13), forçou pacientes, inclusive críticos, a se deslocarem para a rua, com partes do prédio inteiramente arrui-

nadas. Um dos funcionários do hospital recebeu uma ligação, dizendo que as pessoas no edifício teriam meia hora para saírem. Logo depois da ligação, o hospital, o único que restou em funciona-

mento, na cidade de Gaza, a principal da Faixa, foi atingido por dois mísseis atirados pelos fascistas israelenses. A Diocese de Jerusalém foi a primeira a protestar contra o bombardeio, do qual se

disse "horrorizada". Segundo a Diocese foram destruídos prédios que abrigam os departamentos de emergência e de farmácia e outras dependências do hospital foram atingidas. **Página 6**

A atividade econômica ficou estagnada (0,0%) em fevereiro, na comparação com janeiro, segundo o Monitor do PIB-FGV, na análise da série com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, registrou crescimento de 2,7%. O acumulado em 12 meses até fevereiro ficou em 3,1%. Segundo Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, apesar de alguns destaques positivos, "há perda de força na economia, com retrações em componentes importantes do PIB". "O setor de serviços, maior componente da economia, também apresentou estagnação no mês", ressaltou a analista. **Página 2**

Economistas x Armínio: congelar "o salário mínimo é cruel e elitista"

A Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia (ABED) divulgou nota repudiando as declarações do economista Armínio Fraga, ex-presidente do Banco Central, em conferência nos Estados Unidos, no sábado (12), defendendo o congelamento do salário mínimo por seis anos. "Essa proposta é elitista, cruel e inaceitável", afirmam os economistas. **Página 2**

58 por cento dos brasileiros reduzem compra de comida

A inflação levou 58% dos brasileiros a reduzir a quantidade de comida que costumam comprar, segundo pesquisa Datafolha divulgada no último domingo (13). Entre os mais pobres, o percentual é ainda maior: 67% afirmaram ter diminuído o consumo de alimentos. De acordo com o levantamento, 8 em cada 10 brasileiros mudaram seus hábitos de consumo por causa dos preços. **Página 2**

Bolsa família e bolsa banqueiro

Lula precisa decidir qual prioridade deve ser concedida por seu governo no final de seu terceiro mandato. Bolsa Família ou Bolsa Banqueiro?

PAULO KLIASS*

A verdadeira obsessão com que o Ministro da Fazenda (MF) veio abraçando a causa da austeridade fiscal desde o início do terceiro mandato do Presidente Lula tem provocado graves e danosas consequências para a grande maioria do povo brasileiro. Além disso, as medidas de corte de gastos e de compressão da capacidade de despesas orçamentárias operam como obstáculo para a retomada do processo de desenvolvimento econômico, social e ambiental. Finalmente, as próprias pesquisas de opinião têm revelado de forma inequívoca o impacto negativo da política de cortes, cortes e mais cortes sobre a popularidade do governo e do primeiro mandatário da República.

A estratégia de não promover a simples revogação do Teto de Gastos de Temer, tal como prometido por Lula durante a campanha eleitoral em 2022, foi uma trilha sugerida por Haddad ao seu futuro chefe. Com isso, o professor do INSPER buscava se credenciar junto à nata do financismo como um interlocutor confiável – a velha mania de se travestir no supramundo do bom mocismo. Ou seja, coloca-se em prática uma traição vergonhosa às expectativas de mudança tão somente para agradar às forças que eram, até pouco tempo antes, consideradas adversárias de um projeto de governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A substituição da Emenda Constitucional 95/16 foi operada por meio da votação da Lei Complementar 200/23. Assim, as regras de austeridade foram retiradas do texto constitucional e transferidas automaticamente para o Novo Arcabouço Fiscal (NAF). Apesar de mais branda, a nova modalidade austericida mantém a essência de obtenção de superávit nas contas públicas a todo o custo, assim como não altera em nenhum milímetro a lógica do resultado fiscal primário. Ou seja, todo o esforço fiscal permanece centrado sobre a redução das despesas da área social e dos investimentos. Isso significa que as despesas financeiras continuam se mantendo fora de qualquer tipo de controle.

TETO DE GASTOS DE TEMER E TETO DO HADDAD

A arquitetura do Teto de Gastos do Haddad prevê que as despesas orçamentárias não-financeiras só possam crescer a um ritmo equivalente a 70% do verificado na elevação das receitas. Dessa forma, a busca de resultado primário positivo nas contas públicas pressupõe a redução permanente dos valores relativos dos gastos com as políticas sociais e com a recuperação das capacidades estatais. Este cenário se vê ainda mais agravado pela disposição do responsável pela economia em buscar metas irrealizáveis, tal como essa ideia absurda e equivocada de zerar o déficit primário. O resultado é um conjunto amplo de propostas do governo que afetam seriamente as condições de vida da grande maioria da população, em especial aquelas camadas que foram essenciais para a vitória apertada de Lula sobre Bolsonaro em outubro de 2022.

Por outro lado, o titular do MF convenceu Lula a não cumprir outra promessa de campanha, aquela relativa ao reajuste do salário-mínimo envolvendo a reposição da inflação e um ganho equivalente ao crescimento do PIB. Como a equipe da Fazenda opera com um conceito quase secreto chamado “PIB potencial”, nada pode crescer mais do que os 2,5% presentes no próprio NAF. Ou seja, mesmo se a economia brasileira crescesse a um ritmo anual de 4%, por exemplo, os gastos orçamentários só poderiam aumentar 2,5%. Uma loucura! Em seguida vieram medidas impressionantes e inimagináveis, como a redução paulatina do abono salarial e regras para o cerceamento do acesso ao próprio Benefício de Prestação Continuada (BPC). Ou seja, em nome do respeito sacrossanto às regras auto-impostas da austeridade fiscal, o governo vai minando suas bases de apoio e de sustentação política e eleitoral.

Continua: <https://horadopovo.com.br/bolsa-familia-e-bolsa-banqueiro-por-paulo-kliass/>

*Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5934 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@uol.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovo@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (81) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis

e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Economia fica “estagnada” em fevereiro, diz Monitor do PIB/FGV



Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Reajuste real do mínimo, limitado a 2,5%, deverá ser de R\$ 1.630

Governo apresenta projeto da LDO para 2026 mantendo arrocho fiscal

Meta para o ano que vem é de superávit primário de 0,5% do PIB. Já as despesas com juros da dívida pública seguem sem nenhum controle

A equipe econômica do governo Lula encaminhou nesta terça-feira (15) ao Congresso Nacional o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLO) de 2026. O texto estabelece a meta fiscal de superávit primário equivalente a 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 34,3 bilhões.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também traçou objetivos para os anos seguintes, com metas progressivas, de 0,5% do PIB em 2027 (R\$ 73,4 bilhões); 1% do PIB em 2028 (R\$ 157,3 bilhões); e 1,25% do PIB em 2029 (R\$ 210,7 bilhões). Todas as metas têm uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual, para mais ou para menos.

A história recente nos mostra que, para cumprir essas metas rígidas, o governo – que não estabelece metas e nem controle de despesas financeiras – teve

que arrochar os investimentos – as chamadas despesas discricionárias, que são as verbas orçamentárias destinadas à sociedade que o governo só poder executar se elas estiverem previstas nas receitas.

MÍNIMO DE R\$ 1.630

Já o salário mínimo sugerido para o próximo ano de 2026 é de R\$ 1.630, ou 2,5% de aumento real em relação ao atual. A elevação é de apenas R\$ 112 em relação aos R\$ 1.518 em vigor atualmente. O salário mínimo brasileiro é o segundo pior da América Latina, ficando atrás do salário do Paraguai.

Até o final deste ano essa proposta pode ser alterada, já que o reajuste se baseia nos dois índices: o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado dos 12 meses até novembro e o índice de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos dois anos anteriores.

Porém, a valorização real (acima da inflação) do salário mínimo está limitada a um teto de apenas 2,5% de crescimento, conforme a regra estabelecida no arcabouço fiscal criado por Fernando Haddad, com o objetivo de restringir as despesas públicas.

Enquanto é exigido um grande sacrifício do povo brasileiro para o atingimento das metas fiscais, os juros – que são os maiores responsáveis pelo aumento do endividamento público – seguem sendo elevados pelo Banco Central (BC).

A Selic subiu de 10,5% para 14,25% ao ano, após quatro decisões de aumento do nível da taxa pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) do BC, entre setembro do ano passado e março deste ano. Em 2024, o gasto do setor público com os juros bateu próximo da casa de 1 trilhão (R\$ 950,4 bilhões, o que corresponde a 8,05% do PIB).

Com preços em alta, 58% dos brasileiros reduzem compra de comida, diz pesquisa

Entre os mais pobres, o percentual é ainda maior: 67% segundo Datafolha

A inflação levou 58% dos brasileiros a reduzir a quantidade de comida que costumam comprar, segundo pesquisa Datafolha divulgada no último domingo (13). Entre os mais pobres, o percentual é ainda maior: 67% afirmaram ter diminuído o consumo de alimentos.

De acordo com o levantamento, 8 em cada 10 brasileiros mudaram seus hábitos de consumo em resposta ao aumento dos preços.

Entre as estratégias adotadas para lidar com o impacto da inflação na renda, o levantamento aponta que 61% reduziram refeições fora de casa; 50% trocaram a marca de café por uma

mais barata; e, outra metade dos entrevistados decidiu economizar no consumo de água, luz e gás. Buscar outra fonte de renda foi a saída para 47%. Reduzir a compra de remédio foi a resposta para 36%, enquanto 32% dizem ter deixado de pagar dívidas, e 26%, afirmaram que deixaram de pagar contas de casa.

Quando questionados sobre o acesso a alimentos, 60% da população afirmaram ter comida suficiente em casa. No entanto, 25% disseram ter menos comida do que o necessário para alimentar a família, enquanto 13% relataram ter mais do que precisam.

Segundo dados do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação oficial do país foi de 5,48% no acumulado de 12 meses até março. No mês, a alta foi de 0,56%, impulsionada principalmente pelo aumento nos preços dos alimentos.

A categoria Alimentação e Bebidas do IPCA registrou alta de 0,70% em fevereiro e de 1,17% em março, com destaque para o aumento dos preços do café, do ovo de galinha e, mais recentemente, do tomate. O café, por exemplo, acumula alta de 77,78% nos últimos 12 meses.

Governo amplia programa Minha Casa, Minha Vida

Famílias com renda de até 12 mil poderão adquirir imóveis de até R\$ 500 mil

O Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) aprovou na terça-feira (15) proposta, do governo federal, para ampliação do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV),

agora para atender uma faixa da classe média, ou seja, famílias com renda mensal de até R\$ 12 mil, para imóveis entre R\$ 350 mil e R\$ 500 mil. Antes o limite era de R\$ 8 mil.

“Corrigimos os limites de renda, criamos o Minha Casa, Minha Vida – Classe Média e seguimos com o nosso compromisso de mostrar que este é um programa para todos”, afirmou o secretário executivo do Ministério das Cidades, Hailton Madureira.

A ampliação do programa será possível porque o governo direcionou R\$ 15 bilhões do Fundo Social do Prê-Sal que serão usados na Faixa

3 do programa, liberando a mesma quantia do FGTS para a nova linha de financiamento. Os recursos devem estar disponíveis na primeira quinzena de maio.

O ministério estima que, com a nova faixa, 120 mil famílias serão incluídas no programa. Os recursos do FGTS serão limitados ao financiamento de 50% do valor do imóvel, os valores restantes vão ficar por conta dos bancos que operarem a linha de crédito, entrando com outros até R\$ 15 bilhões.

A nova linha de financiamento prevê prazos de até 420 meses (35 anos) e juros nominais de 10% ao ano, taxas abaixo das praticadas pelo mercado, ainda que elevadas, em especial para prazos tão longos. Os juros para os grupos de renda mais baixa do MCMV vão de 4% a 8,16%.

“Setor de serviços, maior componente da economia, também apresentou estagnação no mês”, ressalta analista. Investimentos e consumo das famílias desaceleraram

A atividade econômica ficou estagnada (0,0%) em fevereiro na comparação com janeiro, segundo o Monitor do PIB-FGV, na análise da série com ajuste sazonal. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, registrou crescimento de 2,7%. O acumulado em 12 meses até fevereiro ficou em 3,1%.

Segundo Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, diz que apesar de alguns destaques positivos “há perda de força na economia, com retrações em componentes importantes do PIB”.

“A estagnação apresentada pela economia em fevereiro, em comparação a janeiro, deve-se a um conjunto de fatores. Os crescimentos registrados na indústria e nos investimentos são compensados por retrações no consumo, na agropecuária e nas exportações. O setor de serviços, por sua vez, ficou estagnado no mês, tal como o PIB”, ressaltou Juliana Trece.

O Monitor realiza análise gráfica dos componentes da demanda na série trimestral interanual “por apresentar menor volatilidade do que as taxas mensais e aquelas ajustadas sazonalmente”.

No trimestre encerrado em fevereiro, o consumo das famílias cresceu 2,7%.

Economistas repudiam congelamento salarial defendido por Fraga

“Fraga e seus pares evitam tocar no verdadeiro problema fiscal: o sistema de juros altos, a política monetária que favorece banqueiros, e os privilégios tributários de grandes fortunas e corporações”, denunciam Economistas pela Democracia em nota de repúdio ao ex-presidente do BC

A Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia (ABED) divulgou nota repudiando as declarações do economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, em conferência nos Estados Unidos, no sábado (12), defendendo o congelamento do salário mínimo por seis anos.

“É a velha lógica de sempre: o povo paga a conta, enquanto os rentistas continuam sangrando o país com juros escorchantes e lucros recordes”, afirmam os economistas.

“Fraga e seus pares evitam tocar no verdadeiro problema fiscal brasileiro: o sistema de juros altos, a política monetária que favorece banqueiros e os privilégios tributários de grandes fortunas e corporações. Em vez de enfrentar esses interesses, preferem mirar o salário mínimo – o principal instrumento de distribuição de renda e combate à desigualdade no Brasil”.

Leia a seguir a nota da ABED na íntegra:

NOTA DE REPÚDIO À FALA DE ARMINIO FRAGA

A Associação Brasileira dos Economistas pela Democracia (ABED) repudia de forma contundente a fala do economista Arminio Fraga, ex-presidente do Banco Central, durante a Brazil Conference, realizada em 12 de abril de 2025 nas universidades Harvard e MIT, nos Estados Unidos. Fraga defendeu o congelamento dos aumentos reais do salário mínimo por seis anos, sob o argumento de que o sistema previdenciário brasileiro estaria em situação “explosiva”.

Essa proposta é elitista, cruel e inaceitável. Mais uma vez, setores das elites financeiras brasileiras tentam jogar o peso do ajuste fiscal nas costas dos trabalhadores, poupando a si próprios de qualquer responsabilidade. É a velha lógica de sempre: o povo paga a conta, enquanto os rentistas continuam sangrando o país com juros escorchantes e lucros recordes.

Fraga e seus pares evitam tocar no verdadeiro problema

Segundo a analista, embora crescendo, desde o trimestre móvel findo em novembro de 2024 vem desacelerando “Esta redução do crescimento foi observada em todas as categorias de uso”.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) – que representa investimentos em máquinas e equipamentos, construção civil, etc., – um dos componentes mais atingidos pelas elevadas taxas de juros, apresentou crescimento de 8,2% no trimestre findo em fevereiro, “embora permaneça com a tendência declinante observada desde o terceiro trimestre do ano passado. Essa desaceleração do crescimento foi disseminada”.

No mesmo período, a Exportação retraiu 2,8% por conta do desempenho negativo das exportações dos produtos agropecuários e da extrativa mineral e a Importação cresceu 15,2%.

O crescimento de 15,2% das importações no trimestre móvel findo em fevereiro mostra uma reversão da trajetória declinante que vinha sendo observada. “Isto deve-se ao expressivo aumento das importações de bens de capital, com destaque para as plataformas de exploração de petróleo”.

A taxa de investimento em fevereiro de 2025 foi de 19,4%, a mesma verificada em janeiro.

fiscal brasileiro: o sistema de juros altos, a política monetária que favorece banqueiros, e os privilégios tributários de grandes fortunas e corporações. Em vez de enfrentar esses interesses, preferem mirar o salário mínimo – o principal instrumento de distribuição de renda e combate à desigualdade no Brasil.

A proposta é ainda mais grave por vir de quem sempre esteve ao lado dos que desmontaram as políticas sociais construídas com tanto esforço. Basta lembrar que após o golpe parlamentar de 2016, com o apoio de setores do mercado financeiro, foi implantado o programa “Uma Ponte para o Futuro”, do governo Temer, que interrompeu os aumentos reais do salário mínimo e aprofundou o desmonte do Estado. No governo Bolsonaro, o congelamento continuou, com perdas reais para quem vive do trabalho.

O aumento real do salário mínimo foi decisivo para a melhoria da vida de milhões de brasileiros, ajudando a reduzir desigualdades sociais e regionais, além de dinamizar a economia nacional. Atacar essa política é atacar diretamente a população mais pobre e trabalhadora do Brasil.

É importante lembrar que durante o período em que os aumentos reais do salário mínimo foram interrompidos, entre o golpe parlamentar de 2016 e o final do governo Bolsonaro, a situação fiscal não melhorou – ao contrário, ela se agravou. O congelamento dos salários não trouxe o equilíbrio prometido e ainda aprofundou a desigualdade, desvalorizou o trabalho e estrangulou a renda de milhões de brasileiros.

Rejeitamos com firmeza qualquer proposta que retire direitos e agrave a desigualdade. E reafirmamos: quem deve pagar pela crise são aqueles que mais lucram com ela. As elites financeiras precisam, finalmente, assumir sua parte no ajuste fiscal – e não seguir fugindo de suas responsabilidades históricas.



Presidente do Grupo Bandeirantes João Saad denuncia genocídio de Israel na Faixa de Gaza como “o maior que vi ao longo de minha vida de jornalista”

O presidente do Grupo Bandeirantes, João Saad, utilizou o microfone, por ocasião do recebimento do prêmio do Rotary Club Internacional, para denunciar o holocausto palestino.

Segundo o responsável por um dos maiores grupos de comunicação do País, ao fazer “uma sugestão ao Rotary Club”, pediu “que preste atenção ao maior genocídio que eu acompanhei ao longo de toda minha vida de jornalista”.

E acrescentou: “o que está acontecendo em Gaza é muito feio, é uma mortandade de mulheres, velhos e crianças, com desculpas cada vez mais esfarrapadas”, numa referência aos pretextos utilizados pelo governo israelense de Benjamin Netanyahu para agredir e matar a população civil palestina situada na Faixa.

João Saad reforçou a importância do “Rotary Internacional prestar um pouco de atenção a esses seres humanos que estão sendo massacrados”.

Mais uma prova cabal dessa realidade denunciada pelo jornalista da Rede Bandeirantes, entre tantas outras, foi dada no domingo (13), quando o regime nazifascista de Netanyahu bombardeou o último dos refúgios em Gaza para socorrer a população palestina vítima dos ataques bélicos de Israel, o Hospital Al Ahly.

Os agressores informaram aos profissionais de saúde e pacientes do hospital que deveriam deixar o local em meia hora e se deslocarem para a rua, antes do ataque fatal que arruinou mais um entre tantos hospitais destruídos pelo genocídio israelense. Um dos funcionários do hospital recebeu uma ligação informando que as pessoas no edifício teriam apenas 30 minutos para abandonar o local.

Logo depois da ligação, o hospital, o único que restou em funcionamento, na cidade de Gaza, a principal da Faixa, foi atingido por dois mísseis atirados pelos fascistas de Israel.

A denúncia foi feita pela Diocese de Jerusalém, que lembrou que a ação criminosa aconteceu em pleno Domingo de Ramos, início da Semana Santa, conspurcada por Netanyahu e seus algozes.

A Diocese de Jerusalém foi a primeira a protestar contra o bombardeio, do qual se disse “horrorizada”.

Segundo a Diocese, foram destruídos prédios que abrigam os departamentos de emergência e de farmácia e outras dependências do hospital foram atingidas. A Igreja de São Filipe também foi alvo do bombardeio.

Na repulsa ao ataque, a Diocese de Jerusalém lembrou “ser a quinta vez que (o alvo) é bombardeado desde outubro de 2023, desta vez na manhã do Domingo de Ramos, início da Semana Santa”.

Diretor da PF defende uma “reprimenda à altura” aos golpistas do 8 de janeiro

O diretor-geral da PF (Polícia Federal), Andrei Rodrigues, afirmou, no sábado (12), que os envolvidos em tramais golpistas após as eleições de 2022 merecem “reprimenda à altura”.

A declaração foi feita durante a participação dele na Brazil Conference, evento organizado por estudantes brasileiros de Harvard e do MIT, em Cambridge, nos Estados Unidos.

Rodrigues destacou que os atos investigados não se tratam de “maquiagem de estátua”, em referência à cabeleireira Debora dos Santos, que pichou, com batom, a estátua “A Justiça”, em frente ao STF.

O bolsonarismo tentou transformá-la em espécie de “mártir injustificada”, com a falsa e mentirosa propaganda de que pegou 14 anos de cana porque vandalizou a estátua. Além de ter vandalizado a estátua, ela cometeu outros 4 crimes, incluído a tentativa de golpe de Estado.

A declaração do diretor da PF ocorre em meio à pressão de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pela aprovação na Câmara dos Deputados de projeto de anistia aos presos pelos ataques de 8 de janeiro de 2023, o que seria, na prática, um prêmio à impunidade.

Universidade de Harvard é uma instituição privada de ensino superior situada na cidade de Cambridge, Estado de Massachusetts, nos Estados Unidos. O Instituto de Tecnologia de Massachusetts (em inglês, MIT (Massachusetts Institute of Technology) é uma universidade de pesquisa localizada em Cambridge, Massachusetts.

Na ocasião, manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília — governo (Palácio do Planalto), Legislativo (Congresso Nacional) e Judiciário (Supremo Tribunal Federal).

A PF indiciou Bolsonaro e outros 7 ex-integrantes do governo dele, incluindo nomes como Anderson Torres, Augusto Heleno e Walter Braga Netto, sob a acusação de conspiração para golpe de Estado.

O painel contou, ainda, com a presença do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que reforçou a importância de responsabilizar os envolvidos nos atos antidemocráticos.

Lula sanciona sem vetos a Lei da Reciprocidade



Executivo já dispõe de condições para taxar produtos vindos dos Estados Unidos

Luciana Santos anuncia repatriação de cientistas e investimento de R\$ 23 bi em inteligência artificial

Reverter o êxodo intelectual e fortalecer a produção científica nacional estão no centro da estratégia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. A ministra Luciana Santos anunciou que o governo lançará um programa específico para trazer de volta pesquisadores brasileiros que hoje atuam na Argentina e nos Estados Unidos. A iniciativa integra um conjunto de ações para consolidar o Brasil como liderança global em inovação, tecnologia e inteligência artificial.

Durante audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação da Câmara dos Deputados, Luciana Santos ressaltou que já está em curso o programa Conhecimento Brasil, com foco na reintegração de pesquisadores que estão no exterior. “2.500 pesquisadores se interessaram pelo programa, sendo que 573 manifestaram o desejo de voltar para o Brasil”, afirmou.

O impulso no setor se reflete também nos investimentos. Em dois anos, os recursos destinados à área cresceram seis vezes em relação à gestão anterior. Além disso, houve um reajuste de 40% nas bolsas do CNPq, ação vista como fundamental para atrair e manter talentos no país.

Entre os principais projetos da pasta, a ministra destacou a ampliação do acelerador Sirius com dez novas estações de pesquisa, a construção do laboratório de contendo biológica Orion, focado em estudos sobre patógenos, e o reator multipropósito desenvolvido em parceria com a Argentina, voltado à produção de radiofármacos. Também foi mencionado o projeto CBERS, realizado em colaboração com a China, que lançará um satélite meteorológico e de observação.

No campo das comunicações e monitoramento, o ministério investe na construção de 19 infovias estaduais em fibra óptica e na ampliação das áreas de cobertura do Cema-den, voltadas à prevenção de desastres naturais. Outro marco relevante foi a retomada da Ceitec, empresa nacional de semicondutores, que agora se prepara para fabricar chips.

A Nova Indústria Brasil (NIB), plano estratégico de reindustrialização, já movimentou R\$ 26,4 bilhões dos R\$ 56 bilhões previstos, com 2.176 projetos contratados para a modernização do parque industrial brasileiro.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Mas o grande destaque ficou por conta do anúncio de um plano de investimentos robusto em Inteligência Artificial. “Quando a gente compara com os investimentos

da comunidade europeia, nós temos o mesmo investimento da comunidade europeia. Ou seja, não é algo acanhado ou para fazer de conta, é de ir com força, é para valer que nós estamos entrando no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial”, declarou Luciana Santos. O montante previsto é de R\$ 23 bilhões até 2028.

Estão em desenvolvimento 35 soluções de software em IA, com foco na língua portuguesa. A infraestrutura também avança: o supercomputador Santos Dumont saltou da posição 500 para a 100 entre os mais potentes do mundo.

A ministra também destacou iniciativas voltadas à inclusão e à formação de talentos em tecnologia da informação, com foco no aumento da participação feminina, que atualmente é de apenas 15,7%. Para a COP 30, o ministério lidera a criação do Museu das Amazônias, em Belém (PA), como legado científico e cultural.

No campo legislativo, Luciana Santos listou três prioridades: a alteração da Lei do Bem (PL 4944/20), o aumento de recursos para o FNDCT (PL 5876/16) e a regulamentação do uso da Inteligência Artificial (PL 2338/23).

PARCERIAS E INVESTIMENTOS EM CIÊNCIA

O presidente do CNPq, Ricardo Galvão, reforçou a colaboração interministerial, citando um acordo de R\$ 400 milhões investidos em chamadas do Ministério da Saúde acordadas com o CNPq em coisas importantíssimas como doenças negligenciadas, de importância para a sociedade. Além de R\$ 330 milhões em investimentos na Amazônia, em parceria com a Finep, e chamadas específicas com os Ministérios das Mulheres e dos Povos Indígenas, incluindo oportunidades de pós-doutorado no exterior para grupos sub-representados.

Galvão lembrou o Prêmio Mulheres na Ciência como uma conquista marcante da gestão e pediu mais recursos para fomento à pesquisa, não apenas bolsas, mas também para laboratórios. Sugeriu que deputados

articulem emendas parlamentares alinhadas às prioridades do CNPq.

Como exemplo de inserção internacional, citou a assinatura do Brasil como Estado-membro associado ao CERN (Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear), com aporte anual de 10 milhões de francos suíços. Já há resultados concretos: a empresa brasileira WEG foi contratada para produzir 5 mil magnetos do acelerador de partículas, abrindo portas para mais empresas nacionais no cenário global de alta tecnologia.

SOBERANIA TECNOLÓGICA

Durante o debate, a deputada Jandira Feghali (PCdoB) destacou a postura da ministra, que tem trabalhado em parceria com a sociedade, entidades científicas e outros ministérios para construir políticas estratégicas. “É preciso superar a dependência tecnológica com altivez e investimento em inovação nacional”, afirmou.

Feghali citou como avanços a recuperação da Ceitec, essencial para a produção de semicondutores e transição energética, e a necessidade de autonomia em inteligência artificial. “Algoritmos estrangeiros manipulam nossos dados, ameaçando valores democráticos”, alertou.

A parlamentar também pediu detalhes sobre popularização da ciência nas escolas e políticas para reduzir desigualdades regionais em pesquisa. Por fim, elogiou a ministra como primeira mulher no cargo e reforçou apoio para ampliar o orçamento do Ministério.

O deputado Fausto Pinato (PP-SP) observou a necessidade de uma maior articulação entre os ministérios envolvidos. “É que acho que falta um pouco mais de conciliação entre o Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Defesa, Ministério de Indústria e Comércio, e até Ministério da Saúde. O ministério, hoje, de Vossa Excelência, na minha modesta opinião, é o mais importante. É o que pode mudar a história do País. É uma planta que nós plantamos agora que pode fazer toda a diferença lá na frente”, apontou.

Luara Baggi - MCTI



Luciana Santos, ministra da Ciência e Tecnologia

Nova Legislação foi aprovada por unanimidade no Parlamento e representa uma primeira resposta do Brasil às ações imperiais de Trump e suas tarifas

Depois de uma aprovação unânime por parte do Legislativo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei de Reciprocidade, que autoriza o Brasil a adotar medidas de retaliação comercial contra países que impuserem sanções unilaterais ao país, como as recentemente anunciadas pelo governo de Donald Trump, dos Estados Unidos (EUA).

Foi uma resposta do Brasil ao tarifaço praticado de forma tresloucada por Trump contra vários países, sob o falacioso argumento de que muitos se enriquecem às custas dos EUA, quando, historicamente, foi exatamente o oposto que aconteceu, diante da política neocolonial praticada pela Casa Branca, com Republicanos ou Democratas, sem o pudor, sequer, do uso do poder bélico para impor seus interesses geopolíticos pelo mundo afora.

A nova legislação aprovada pelo Congresso Nacional e, agora, sancionada por Lula, fornece ao Poder Executivo uma ferramenta legal para fazer frente às novas tarifas definidas pelos EUA, permitindo ao governo brasileiro a imposição de taxas adicionais, suspensão de concessões comerciais e, até mesmo, deixar de cumprir obrigações relacionadas à propriedade intelectual diante de medidas hostis de outros países, como barreiras comerciais unilaterais — exatamente as que a Casa Branca ergue no momento, sem qualquer diálogo, muito menos reciprocidade, elementos que norteiam ou deveriam nortear o comércio mundial.

Trump, em sua escalada tarifária sem limites, anunciaram novas taxas de importação que atingiram mais de 180 países. O Brasil foi atingido com uma tarifa de 10%, além das que já são praticadas atualmente. Produtos como aço e alumínio, que têm taxas próprias já anunciadas, seguem com 25% de tarifa para os produtos brasileiros. Com a sanção presidencial à lei aprovada no Parlamento, o Executivo já dispõe de condições para taxar a importação de produtos com origem nos EUA. Um dia após ‘tarifaço’ de Trump, Lula citou Lei da Reciprocidade e falou que Brasil “não bate continência”, numa alusão indireta ao gesto subserviente do ex-presidente Jair Bolsonaro, **O QUE DIZ A LEI**

O Brasil, em sua política tarifária, não adota medidas específicas contra países e segue uma regra da Organização Mundial do Comércio (OMC) que proíbe favorecer ou penalizar um colega do bloco com tarifas. A nova lei cria um meio legal para que o governo adote medidas de retaliação que deverão ser proporcionais ao impacto econômico causado pelas ações unilaterais de outros países ou blocos, a exemplo do que fizeram os Estados Unidos.

Com a nova legislação, o país pode impor direito de natureza comercial incidente sobre importações de bens ou de serviços de país ou bloco econômico, nas mesmas proporções em que foi afetado, além da suspensão de concessões ou outras obrigações do Brasil em relação a direitos de propriedade intelectual firmados em acordos comerciais.

O texto teve o cuidado de, ao propor a retaliação, ouvir, através de consultas públicas, setores interessados e prazo razoável para análise das novas medidas. O projeto aprovado pelo Congresso, no entanto, prevê que “em casos excepcionais, o poder executivo é autorizado a adotar contramedida provisória” de forma imediata.

Bolsonarismo é bajulação a Trump e impunidade para os criminosos

Nos últimos dias a demagogia e o farisaísmo bolsonarista estão sendo desmascarados de forma avassaladora. Eles se fingiam de “patriotas”, mas estão aplaudindo eufóricos os ataques de Donald Trump à soberania nacional e às empresas brasileiras, principalmente as fabricantes de aço, alumínio, etanol e suco de laranja. Sem falar de sua vergonhosa bajulação ao oligarca Elon Musk, que ofende os brasileiros e desrespeita abertamente a Justiça do país.

DESPREZO PELO BRASIL O desprezo da família de Bolsonaro pelo Brasil e o povo brasileiro é tão grande que o filho “03” de Jair Bolsonaro chegou ao cúmulo de largar o mandato de deputado federal por São Paulo e se mudar para os Estados Unidos. Abandonou o Brasil e foi com a família morar nos EUA para poder tietar mais de perto o seu guru, Donald Trump. E o pior é que ele não foi só bajular. Como ele mesmo disse, foi tramar contra o Brasil. Passou a interferir diretamente junto ao governo americano para tomar medidas em prejuízo do Brasil.

Poucas vezes se viu na história brasileira um caso tão escandaloso de traição à Pátria. Eduardo Bolsonaro — com respaldo de toda sua família — pediu publicamente sanções do governo americano contra a economia do Brasil. Atacou a Corte Suprema Brasileira e seus integrantes e açulou a Casa Branca a desrespeitar as decisões da Justiça do Brasil. Ou seja, o ex-deputado pediu uma intervenção dos EUA nos assuntos internos do país. Esse é o “patriotismo” bolsonarista. Não por acaso, seu pai já fazia continência para a bandeira americana.

Os aplausos dos bolsonaristas a Donald Trump não são apenas pelos ataques do bufão da Casa Branca ao Brasil e ao resto do mundo. Eles aplaudem também a destruição dos parques serviços públicos que ainda restavam naquele país. Vibram com o ódio de Trump ao povo americano mais simples, que tanto necessitam desses serviços. As demissões de dezenas de milhares de médicos, enfermeiros e servidores de educação, anunciadas por Trump e Elon Musk, foram vistas por Bolsonaro como um grande exemplo a seguir.

QUER IMITAR TRUMP Confirmando que o que une os fascistas brasileiros a Trump é o desprezo pelo povo, Bolsonaro chegou a dizer recentemente

que faria o mesmo que Donald Trump, se por acaso um dia voltasse ao governo. A diferença é que Trump é imperialista, xenófobo e expansionista e quer subjugar o mundo. Já Bolsonaro é um fascista da periferia, ou seja, é um entreguista contumaz e só pensa em agradar o seu senhor. Ainda bem que ele está inelégível porque, caso contrário o serviço entregaria o Brasil inteiro aos EUA.

Para se ter uma ideia, no último domingo, dia 6 de abril, Jair Bolsonaro disse em alto e bom som, durante comício em defesa da impunidade de terroristas na avenida Paulista, no centro de São Paulo, que está confiante numa intervenção americana no Brasil. A frase literal do “puxa-saco” de Trump foi a seguinte: **“Tenho esperança que venha alguma coisa de fora para cá”**, disse Bolsonaro, referindo-se ao governo dos Estados Unidos.

Não bastou o “03” instigar lá de dentro a intromissão americana nos assuntos do Brasil, ele próprio achou por bem pedir diretamente da Paulista que a soberania do país seja desrespeitada por Trump. O fato concreto é que todo esse escancaramento a Trump ocorre porque dentro de alguns dias o golpista será julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A denúncia da Polícia Federal, aceita pela Corte, é de tentativa de golpe de Estado e plano para assassinar autoridades. O plano foi chefiado por Jair Bolsonaro e seu círculo de cúmplices e incluía a decretação de estado de emergência, o fechamento da Justiça, tanto Supremo, quanto Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e o assassinato do presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, seu vice, Geraldo Alckmin e o presidente do TSE, Alexandre de Moraes.

LIVRAR TROGLODITAS Uma outra máscara bolsonarista que também já foi destrocada é a de “paladinos da moralidade”. Esbravejavam que todos os bandidos deviam ir para a cadeia. Que bandido bom é bandido morto, etc. Mas, recentemente lançaram um projeto de lei para livrar esturpadores. E, pior, não só queriam livrar esturpadores como pediam penas duras para as vítimas de estupro. Era uma lei claramente para punir as vítimas de estupro e beneficiar os criminosos.

SÉRGIO CRUZ

Tarcísio ataca a educação com privatizações e fechando salas

Professora Flávia Biscain, que confrontou Tarcísio, denunciou precarização da Educação pelo governo de São Paulo: “É uma ‘reorganização’ às escondidas”

A professora Flávia Biscain denunciou o desmonte da Educação pelo Governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) através do fechamento de salas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e também no ensino regular.

“Essa política de fechamento de salas é geral. Ela atinge inclusive noturno, mas também é matutino, é geral aqui na região. Isso é muito grave, está acontecendo por fora da legislação, de maneira escondida. A secretária (Educação) nega o fechamento, mas para dar um dado, fizemos o levantamento de 20 escolas que foram atingidas só aqui na Diretoria de Ensino Norte 1” que tiveram o fechamento de salas no meio do bimestre”, disse Flávia, em entrevista à Hora do Povo.

Flávia é professora de Sociologia em uma escola da rede estadual na região da Brasilândia, zona Norte de São Paulo. Ela preferiu não citar o nome da unidade para evitar possíveis retaliações. Em fevereiro deste ano, a dirigente sindical conseguiu driblar o esquema da segurança e ficou frente a frente com Tarcísio, quando ele visitava as obras da Linha 6-Laranja do Metrô, na região.

“Eu estou aqui hoje porque a gente está muito preocupada. Eu sou moradora aqui da Brasilândia, faz muito tempo que a gente espera a obra do metrô. [...] Uma obra que já nasce privatizada, e a gente está tendo o mesmo problema com as escolas”, disse, durante a abordagem.

“Você leilou as escolas estaduais na Bolsa de Valores, enquanto cortou verbas da Educação. Escolas privatizadas para dar lucro para empresa privada [...]. Os professores estão se sentindo abandonados. E sabe o que aconteceu ontem? Nós vimos filas e filas de pais, centenas de pais, que não estão conseguindo matricular seus filhos nas escolas, porque eles dizem nas diretorias que não têm vaga”, continuou.

“As escolas estão perdendo vagas porque você está enxugando a rede, negando educação para os filhos dos trabalhadores e qualidade de trabalho para os professores”, continua o vídeo.

A precarização do ensino pelo governo Tarcísio que afeta direitos, promove exclusão e desemprego, reflete a lógica privatista, principal marca do atual governo paulista.

“A legislação diz que não pode ser feito isso no meio do bimestre porque tem um prejuízo, até para a questão pedagógica, os alunos não sendo remanejados para outras turmas que estão ficando superlotadas, sem climatização adequada”. “Os professores estão perdendo essas aulas, muitos deles que estão conseguindo emprego agora já estão perdendo (a vaga) porque fecharam as salas, então a situação está insustentável”, alertou Flávia ao HP.

“É uma ‘reorganização’ às escondidas, é um enxugamento da rede que resulta na demissão dos professores, na exclusão das matrículas, porque o aluno que tem 15 faltas mesmo intercaladas, mesmo que trabalhe, que tenha ficado doente, está tendo

a vaga dele retirada da escola”, denuncia.

DESTRUIÇÃO DO EJA

Na Educação de Jovens e Adultos (EJA), a situação é ainda mais preocupante, segundo a professora. “Isso está acontecendo todos os dias nas escolas estaduais. E no caso do EJA, é mais grave porque é uma política de acabar com a EJA presencial. Eles (governo) vão fazer um projeto piloto com EJA à distância, que a previsão é começar no segundo semestre de 2026”.

“A minha escola, por exemplo, é uma escola que teve fechamento do EJA. Atualmente o noturno conta com três salas apenas. Primeiro ano do EJA não tem quase nenhuma escola da região e essa é uma política para o estado inteiro, então é um desmonte mesmo da EJA”, reitera a sindicalista.

“O estudante trabalhador está sendo jogado para fora da escola e é uma situação muito grave mesmo, que interfere no direito à educação para quem já teve esse direito negado há tantos anos. E segue tendo esse direito negado agora”, critica.

“A previsão é que fique uma escola como escola-pólo de EJA à distância, mas isso não está regulamentado ainda, só que o fechamento do EJA já está acontecendo”, sustenta Flávia. Ou seja, ao arripio da lei. Essa informação, de acordo com a professora, foi repassada ao sindicato pela Secretaria de Educação.

A proposta do governo para o ensino de jovens e adultos consiste em que o estudante seja submetido a 80% das aulas via plataforma e os outros 20% em sala, com professor. O governo Tarcísio/Feder (Renato Feder, secretário de Educação) anunciou projeto-piloto em 21 Diretorias de Ensino para a oferta de Educação de Jovens e Adultos de ensino médio na modalidade à distância.

As plataformas não garantem o aprendizado, argumenta a sindicalista. “A outra questão é o próprio programa das plataformas digitais, os alunos não estão aprendendo nada com essas plataformas. É uma cobrança absurda de metas, um assédio moral constante em cima dos professores e até das direções das escolas”, denuncia Flávia.

Durante a conversa com o HP, a professora apontou as contradições do Governo de SP para justificar a privatização de escolas.

“O leilão das escolas vai permitir (abrir) 35 mil vagas a mais nas escolas que vão ser construídas já privatizadas. Mas olha a contradição, né? Ele está querendo privatizar para construir mais vagas, mas ao mesmo tempo tá fechando milhares de salas de aula no estado inteiro nas escolas que já existem”, concluiu a coordenadora da APEOESP.

MOBILIZAÇÃO

No próximo dia 25, às 14h, o sindicato realiza assembleia em frente à Secretaria da Educação, na Praça da República, para organizar a greve aprovada para começar na data, por reajuste salarial, condições de trabalho, privatizações, fechamentos de salas, entre outros pontos.

JOSI SOUSA

Empresa que assumiu Sabesp na privatização é eleita a pior distribuidora de energia do país

A CEEE Equatorial registrou o pior desempenho entre as distribuidoras de energia elétrica do Brasil em 2024. O ranking é feito pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e foi divulgado na quarta-feira (2).

Entre 31 distribuidoras de grande porte do Brasil, a CEEE Equatorial apresentou a pior avaliação no índice de Desempenho Global de Continuidade (DCG).

Desde 2012, a agência divulga anualmente o chamado “índice de continuidade”, que considera o tempo que cada unidade consumidora ficou sem luz e o número de vezes em que houve interrupção do fornecimento.

A classificação considera concessionárias de grande porte (com número de unidades consumidoras maior que 400 mil). A empresa atende a capital do RS e cidades do interior e que comprou do governo Tarcísio a Sabesp, empresa de saneamento paulista, em junho do ano passado.

Os indicadores não consideraram em sua composição eventos climáticos extremos, como a catástrofe que se abateu sobre o povo gaúcho com as enchentes de 2024. Esses são classificados nos

indicadores relativos a Dias Críticos e Interrupções em Situação de Emergência (ISE).

Ainda assim, a Equatorial conseguiu apresentar o pior serviço prestado em todo o país. De acordo com os dados da Aneel, a distribuidora de energia elétrica, que atende 3,8 milhões de pessoas no Rio Grande do Sul, não só é a pior do país, como ainda mais piorou o serviços prestados com a privatização, alcançando em 2024 o pior resultado em mais de uma década de avaliações.

Os números da CEEE Equatorial continuaram como um dos piores do país, desde 2022, primeiro ano completo de gestão privada. Ela está sob controle da Equatorial Energia, o mesmo grupo que assumiu a Sabesp, privatizada por Tarcísio de Freitas em São Paulo.

A CEEE foi privatizada em 2021 no primeiro mandato do governador Eduardo Leite (PSDB), e desde então permanece como uma das piores empresas de energia do Brasil. Desde que assumiu o controle, a Equatorial Energia iniciou um processo de demissão de funcionários e desmonte da estatal com o objetivo de ampliar suas gigantescas margens de lucro.



Professora estadual Flávia Biscain denunciou “enxugamento da rede que resulta na demissão dos professores, na exclusão das matrículas”



“É uma situação generalizada de descaso com as ETECs”, disse Valentina

Estudantes de São Paulo protestam contra desmonte das Escolas Técnicas

Tetos caindo, alagamentos, goteiras, falta de ventiladores, infestação de pragas e falta de merenda, essa é a realidade dos estudantes da maioria das Escolas Técnicas do Estado de São Paulo sob o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos). Diante da gravidade da situação, estudantes das escolas técnicas da capital paulista realizaram, nesta quinta-feira (10), um importante ato em frente a sede do Centro Paula Souza (CPS), para denunciar o descaso do governo com a maior rede estadual de ensino técnico do país.

O ato convocado pela União Municipal dos Estudantes Secundaristas de São Paulo (UMES) contou com a participação de escolas técnicas de toda a cidade, que denunciaram a gravíssima situação de desmonte do ensino técnico pelo governo Tarcísio.

“Eu queria ver se o filho do Tarcísio, se o filho de qualquer parlamentar que quer privatizar as escolas, que faz descaso do investimento da educação, fosse comer na ETEC e visse os pombos em cima dos pratos, visse larva nas comidas, visse a falta de estrutura das ETECs”, desabafou o estudante Pedro Alves, presidente do grêmio da ETEC Getúlio Vargas, uma das principais escolas da cidade, durante o ato.

A presidente da UMES, Valentina Macedo, denunciou o descaso do governo Tarcísio com a educação.

Isaac Rocha, presidente do grêmio da ETEC Albert Einstein, denunciou situação absurda que vivem na escola.

“Não são casos isolados, é uma situação generalizada que está acontecendo nas ETECs do Estado de São Paulo. São dezenas de denúncias de escolas com estruturas completamente precarizadas, falta de professores, merenda de qualidade muito baixa. E por isso que os estudantes estão nas ruas hoje”, destacou Valentina.

O ensino técnico de São Paulo resistiu por muitos anos e mantendo-se como referência nacional em educação profissionalizante. Contando atualmente com 228 ETECs, que atendem mais de 224 mil estudantes em diferentes modalidades de ensino. São oferecidos 262 cursos, incluindo 118 técnicos (presenciais, semipresenciais e online), 109 cursos de Ensino Médio integrado ao Técnico (35 em tempo integral) e 35 especializações técnicas. Assim como as Universidades Estaduais, as escolas técnicas são vinculadas à Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação e não à Secretaria de Educação.

Entretanto, o governo Tarcísio tomou por decisão desmontar a principal estrutura de ensino profissionalizante do país, como faz nas escolas de Ensino Médio regular, que passaram a conviver com o corte de mais de R\$ 12 bilhões do orçamento da Educação e a ameaça de privatização das unidades.

Isaac Rocha, presidente do grêmio da ETEC Albert Einstein, denunciou situação absurda que vivem na escola.

“A situação que temos hoje na escola é de teto caindo, de laboratório com professor não conseguindo dar aula no laboratório e aluno ficando doente por conta do mofo no laboratório. E aluno sendo picado por aranha. E a ETEC avisar às sete e meia no portão da escola que não tem energia para ter aula. E ETEC não ter aula de laboratório porque o laboratório está alagado”, denunciou.

Arthur Vedovelli, diretor de escolas técnicas da UMES e estudante da ETEC Albert Einstein, destacou que os estudantes foram às ruas cobrar uma resposta do que está acontecendo hoje nas nossas ETECs.

“Desde o começo do ano o número de denúncias nessas unidades aumentaram brutalmente. A gente precisa de uma resposta para saber o porquê que tem teto caindo, tem parede sendo derrubada, porque não dá mais para estudar nessas condições”, disse.

“Além da infraestrutura a gente está com um problema de novo com merenda, está com um problema de novo na limpeza das escolas e também na falta de professores. Então estamos unificando aqui para marcar o início de uma luta novamente, assim como fizemos na luta pela conquista das merendas, pelo passe livre, os estudantes das ETECs estão prontos para travar essa trincheira novamente. Vamos juntos pela melhoria de nossas ETECs”, destacou.



“A gente precisa de uma resposta para saber o porquê que tem teto caindo”



Programa San Tiago Dantas nota 5 na Capes está ameaçado

PUC-SP sacrifica pós-graduação para censurar críticas ao massacre de palestinos por Israel

O Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, realizado numa parceria com as instituições públicas Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) pode ter a parceria com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) encerrada por ser crítico ao massacre promovido por Israel contra palestinos na Faixa de Gaza.

O convênio, que já dura 23 anos e é renovado periodicamente, venceu em agosto de 2024. Até o momento, a Fundasp não assinou sua renovação, mas, mesmo sem a assinatura da PUC-SP, a pós-graduação continuará sendo oferecida pelas universidades públicas.

O imbróglio começou quando alunos pró-Israel denunciaram os professores Reginaldo Nasser, coordenador do programa, e Bruno Huberman ao comitê de ética de por supostamente terem feitos falas antissemitas.

Em novembro de 2024, os professores Reginaldo Nasser e Bruno Huberman foram convocados a depor perante o Setor de Ética e Integridade da Fundação São Paulo a respeito de acusação de antissemitismo evidenciado pelas falas dos docentes. Na ocasião, a Fundação São Paulo divulgou nota esclarecendo que o seu Setor de Integridade não encontrou motivos para medidas disciplinares para estudantes e professores que se manifestaram sobre o conflito no Oriente Médio.

“Após criteriosa coleta e análise de depoimentos, documentos, vídeos e outros materiais, o Setor de Integridade concluiu que “não foram identificadas situações no âmbito institucional que justificassem a aplicação de medidas disciplinares a docentes ou discentes. Os docentes envolvidos, em suas oitavas, defenderam o direito de autodeterminação dos povos e o respeito aos direitos humanos de todos aqueles que vivem entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo, seja na forma de um, dois, ou mais Estados”.

A Fundação decidiu instituir um Protocolo Antidiscriminatório, cujo texto pode ser encontrado na página da Fundasp, que será anexado ao seu Código de Ética. “Causou estranheza entre a comunidade, a adoção da definição de antissemitismo baseada no texto da Aliança Internacional para Memória do Holocausto (IHRA, na sigla em inglês) em que estabelece como antissemitismo não os ataques ao povo judeu, condenando “toda manifestação retórica e física orientada contra indivíduos judeus e não judeus e/ou contra seus bens, contra as instituições comunitárias e instalações religiosas judaicas”, mas tenta emplacar a definição sionista de que também se configura como antissemitismo “as manifestações contra o Estado de Israel, enquanto coletividade judaica”.

Surge assim o subterfúgio para criminalizar e punir aqueles que se contraponham ao genocídio palestino provocado por Israel de Benjamin Netanyahu.

Indignados, professores fizeram um abaixo-assinado em que questionara a definição de antissemitismo da Fundasp: “é antissemitismo responsabilizar um indivíduo judeu, independentemente da sua ideologia, pelos crimes cometidos por Israel. Contudo, o protocolo da Fundasp é aberto a interpretações que podem resultar em punições contra docentes, funcionários e estudantes que apresentem uma postura crítica a Israel [...] exigimos que seja aberto um processo amplo e democrático, que inclua toda a comunidade puquiiana nas instâncias internas já existentes, dos Centros Acadêmicos ao Conselho Universitário, para o debate e redação de um novo termo”.

Ainda em novembro, o professor Reginaldo Nasser, que passou a ser alvo de ataques xenófobos na universidade por sua ascendência árabe, conseguiu uma reunião com o padre José Rodolpho Perazzolo, diretor-executivo da Fundação São Paulo (Fundasp) que chegou a dizer que o curso estava em “extrema-união”.

Nasser segue dando aulas e orientações aos alunos da pós-graduação. Recentemente, porém, ele foi informado pelo RH da Pontifícia que o contrato estava sendo reduzido porque essas atividades “não estavam autorizadas”.

“Eu pensei que extrema-união gera morte, mas entendi que não era só morte porque ele disse que tinha uma chance de sobrevivência, que era para procurar a nova reitoria, que estava entrando, explicar academicamente e ver o que ia fazer. Não teve resposta nenhuma. Até hoje não teve resposta”, relata Reginaldo Nasser ao ICL Notícias.

A argumentação da Fundação São Paulo (Fundasp) apresentada a Nasser é de que o programa, que possui nota 5 (máximo) na Capes, tinha um alto custo e dava prejuízo. Mas, ao contrário do que afirma tal “justificativa”, a PUC registrou um superávit de R\$ 33 milhões, apenas em 2024, valor 5,7% maior que o do ano anterior, de acordo com os dados divulgados pela própria Fundasp ao Conselho Universitário.

“O argumento é ridículo. Tem a seguinte pergunta: durante 23 anos manteve e por que exatamente agora, no primeiro semestre de 2025, é que vem a argumentação de que dá prejuízo, no momento em que a PUC está tendo superávit? Não bate muito bem... É difícil acreditar em outro argumento que não seja a questão política”, argumenta o professor.

Entidades condenam suspensão de processos sobre 'pejotização'



Justiça determina reintegração de demitidos da Eletronuclear

A Justiça do Trabalho determinou que a Eletronuclear reintegre imediatamente os funcionários que foram demitidos no último corte de pessoal. Na mesma decisão, a juíza Valeska Fature Pereira, da 8ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, também determinou a suspensão do plano de demissões que está em curso na empresa.

Ainda de acordo com a decisão, os trabalhadores devem retomar seus empregos nos mesmos cargos e funções ocupados antes, e a empresa também deverá quitar salários vencidos ou prestes a vencer, com todos os reajustes aplicáveis, sob pena de multa diária de R\$ 500.

A sentença foi concedida no dia 8 de abril, mesmo dia em que os funcionários entraram em greve pelo pagamento da data-base, que, em maio, completará três anos sem o reajuste.

A decisão pela reintegração dos funcionários atendeu a um pedido de liminar do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia-RJ), do Sindicato dos Eletricistas de Angra e Paraty e do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Nuclear (STIEPAR).

No início deste ano a empresa anunciou um "Plano de Desligamento" dirigido a 90 empregados aposentados, atingindo assim mais antigos da empresa. O Plano era completar ao PDV anunciado em 2024 com o objetivo de demitir 485 funcionários, mas que teve a adesão de apenas 133 funcionários.

Segundo a juíza, a dispensa coletiva foi realizada sem negociação prévia com os sindicatos, o que contraria entendimento firmado em 2022 pelo STF (Supremo Tribunal Federal) que exige diálogo institucional antes de cortes em massa.

GREVE

A greve dos trabalhadores iniciada ontem (8) em Angra e com paralisação marcada para amanhã (10) no Rio de Janeiro reivindica a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho com a garantia de 3,69%, referente a 2024.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica nos Municípios de Parati e Angra dos Reis, a intenção do movimento não é afetar a geração de energia e que estão garantidos os serviços essenciais, mas que, no entanto, vão exigir o cumprimento do acordo referente ao reajuste salarial.



Ministro Gilmar Mendes, do STF, suspendeu julgamentos em todo o país



Claudio Fonseca, presidente do Sindicato dos Profissionais em Educação

Servidores da educação de São Paulo rejeitam 2,6% de reajuste salarial e reafirmam greve

Em assembleia nesta terça-feira (16), em frente à Câmara de Vereadores, no viaduto Jacareí, região central da capital paulista, milhares de servidores da educação municipal de São Paulo, atenderam ao chamado da Coeduc (Coordenação das Entidades Sindicais Específicas da Educação Municipal e mais uma vez disseram 'não' à proposta de reajuste do prefeito Ricardo Nunes.

O ato/assembleia desta terça contou com a participação de outras entidades representativas dos educadores e de outros setores do funcionalismo municipal. Em campanha salarial, a categoria rejeitou a proposta do Executivo de reajuste de 2,60% de aumento a partir de 1º de maio de 2025, e 2,55% a partir de 1º de maio de 2026, índices abaixo da inflação.

A categoria defende um reajuste linear de 12,9% para todos os servidores, além da valorização do piso salarial para todos os profissionais da educação, com a proposta de que esses valores sejam incorporados às carreiras. Outro ponto da pauta é o fim do confisco previdenciário de 14% sobre as aposentadorias.

Os profissionais também pedem a revogação da Lei 8.221/2024, enviada por Nunes ao Legislativo municipal no final do ano passado. Aprovada por sua base de apoio na Casa, sem qualquer diálogo com os sindicatos, o texto ataca direitos dos professores, como redução da jornada com prejuízo dos salários para aqueles que estão readaptados/reacomodados em outras funções e também para os trabalhadores em licença médica superior a 30 dias.

Além disso a lei, aprovada no final de dezembro, interfere ainda na autonomia administrativa e aprofunda a política de privatização levada pela atual gestão municipal. "Não podemos abrir brechas para atacar os direitos da educação. Em defesa da carreira, não ao subsídio!", defendeu Claudete Alves, presidente em exercício do Sedin (Sindicato dos Servidores da Infância Paulistana).

"Orgulho da nossa categoria de luta. Hoje ocupamos as ruas, da Câmara à Prefeitura, por valorização, melhores condições de trabalho e segurança nas escolas", disse Claudio Fonseca, presidente do

Sinpeem (Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo). "Seguimos firmes com a Coeduc", reiterou.

Norma Lucia Andrade, presidente do Sinesp (Sindicato Especialistas Ensino Público São Paulo), também ressaltou a importância da luta pela carreira. "Temos uma luta árdua com o governo Nunes e a nossa carreira para defender. A Coeduc tem importância fundamental para fazer o enfrentamento contra o governo Nunes", reiterou.

Na próxima terça-feira (22), uma nova manifestação/assembleia unificada em frente ao gabinete do prefeito no Viaduto do Chá, às 11h, vai reavaliar os rumos do movimento. Após a votação, haverá caminhada até a Câmara para pressionar os vereadores a promoverem alterações no projeto enviado pelo prefeito.

A votação da proposta prevista para hoje não aconteceu devido ao pedido de vista da vereadora Sílvia, da Bancada Feminista/PSOL.

JOSI SOUSA

CTB e Anamatra alertam para retrocessos em direitos e esvaziamento da Justiça do Trabalho

A decisão do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de suspender os processos judiciais que analisam as denúncias de "pejotização" — prática em que empresas contratam trabalhadores como pessoa jurídica para evitar obrigações previstas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) — provocou críticas de entidades ligadas à defesa dos direitos trabalhistas, entre elas, a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra).

Para Magnus Farkatt, advogado trabalhista e assessor jurídico da CTB, a decisão de suspender os processos é equivocada e prejudica diretamente os trabalhadores. "Considero que é um equívoco, porque o mais adequado seria que o Supremo Tribunal Federal permitisse o andamento das ações que já estão em curso versando sobre essa matéria", afirmou. Ele acrescenta que "suspender as ações significa, na prática, congelar a solução de conflitos que precisam de uma solução rápida", o que é especialmente grave em casos que afetam os direitos dos trabalhadores.

Farkatt também expressou preocupação com a possibilidade de o STF validar todas as formas de contratação via pessoa jurídica, o que, segundo ele, representaria "o fim da CLT, o fim das garantias trabalhistas". Para o advogado, isso incentivaria empresas a abandonarem completamente os contratos formais de trabalho: "Por que uma empresa contrataria um empregado, pagando férias, previdência social e outros benefícios, se pode contratá-lo como pessoa jurídica, sem essas obrigações?", questiona.

Outro ponto destacado por Farkatt é a tentativa de deslocar da Justiça do Trabalho para a Justiça Comum os julgamentos referentes a vínculos empregatícios. "A competência para julgar essas questões é claramente da Justiça do Trabalho. Infelizmente, a Justiça do Trabalho vem sendo esvaziada por uma série de decisões monocráticas, em que ministros do STF utilizam medidas correccionais", afirma.

A Anamatra também manifestou preocupação com a decisão de Gilmar

Mendes. Em nota assinada por sua presidente, Luciana Paula Conforti, a Associação reforça que a Justiça do Trabalho, conforme a Constituição, tem a atribuição de analisar qualquer relação de trabalho — não apenas vínculos formais de emprego —, conforme estabelecido no art. 114, inciso I, da Constituição Federal.

Segundo a Anamatra, "a interpretação literal do dispositivo jamais permitiria outra conclusão, senão a de que qualquer controvérsia decorrente da relação de trabalho, não somente de vínculos de emprego, deve ser apreciada pela Justiça do Trabalho e não pela Justiça Comum".

A entidade destaca que a prática da "pejotização" pode mascarar vínculos empregatícios legítimos e que cabe à Justiça do Trabalho julgar essas situações: "A Justiça do Trabalho sempre coube apreciar se uma relação de trabalho, a exemplo da mantida por representantes comerciais, cooperativados, empreendedores ou profissionais liberais, caracterizava ou não autêntico vínculo de emprego".

Para a Anamatra, "causa profunda preocupação o sentido que se tem atribuído às relações de trabalho, sob o aspecto puramente formal, com base em conceitos genéricos como 'liberdade de organização produtiva dos cidadãos', ignorando os efeitos da pejotização ampla e outros aspectos fraudulentos da contratação do trabalho humano".

A Associação alerta, ainda, que a suspensão pode inviabilizar a atuação da Justiça especializada: "É preocupante a decisão de suspensão de todos os casos que tratam de fraude a contratos de empregos ou da licitude da contratação de pessoa física como jurídica, pois constituem uma infinidade de processos na Justiça do Trabalho, o que poderá até inviabilizar o funcionamento desse segmento especializado de Justiça".

A nota conclui ressaltando que "espera-se que o Supremo Tribunal Federal reafirme o prestígio institucional e a competência da Justiça do Trabalho para analisar as relações de trabalho e os vínculos de emprego, além da existência de fraudes em contratações, conforme previsto no art. 114, I da Constituição".

Benefícios da "revisão da vida toda" não precisam ser devolvidos, diz STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quinta-feira (10), que aposentados e pensionistas do INSS que receberam valores com base na "revisão da vida toda" até 5 de abril de 2024 não precisarão devolver esses montantes. A decisão visa proteger segurados que buscaram seus direitos de boa-fé, confiando em entendimento anterior da própria Corte.

Em 2022, o STF havia permitido que segurados escolhessem o cálculo mais vantajoso para a aposentadoria, incluindo contribuições anteriores a julho de 1994. Contudo, em março de 2024, o Supremo reviu esse entendimento, tornando obrigatória a aplicação da regra de transição que exclui essas contribuições.

A recente decisão do

STF, unânime entre os ministros, estabeleceu que os valores recebidos com base na tese da revisão da vida toda até a data mencionada não devem ser restituídos. Além disso, os segurados não serão cobrados por honorários e custas judiciais em ações pendentes relacionadas ao tema.

O ministro Dias Toffoli destacou a importância de preservar a confiança dos cidadãos nas decisões judiciais: "Não podemos quebrar a confiança daquele que procura o Poder Judiciário com base nos seus precedentes". Com essa decisão, o STF busca equilibrar a integridade do sistema previdenciário com a proteção dos direitos dos segurados que agiram conforme o entendimento vigente à época.



Trabalhadores dos Correios cobram contratação imediata de concursados

Na última quarta-feira (9), a Federação Interstadual dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (FIN-DECT) enviou um ofício à presidência dos Correios cobrando a sustentabilidade da atual gestão para equilibrar as contas e garantir a estabilidade da ECT. No entanto, o encerramento dos contratos com os trabalhadores terceirizados, previsto para o final deste mês, sem que haja a devida reposição dos quadros com os candidatos aprovados no recente concurso público, trará consequen-

ências extremamente graves para a operação da empresa e para a qualidade dos serviços prestados à população", disse a Federação no documento.

"Diversas unidades já operam com quadro funcional deficitário, o que sobrecarrega os trabalhadores efetivos, compromete os prazos de entrega e aumenta significativamente os riscos de extravios, falhas logísticas e muitas contratuais por descumprimento de prazos e obrigações. A retirada repentina desses trabalhadores sem a reposição necessária poderá instaurar um verdadeiro colapso nas atividades essenciais dos Correios", continuou.

Além da contratação dos concursados, a entidade pede a prorrogação dos contratos dos trabalhadores terceirizados que atuam nas unidades operacionais da empresa. A medida é considerada urgente diante da possibilidade de rescisão dos contratos, sem que os aprovados no concurso público tenham sido convocados.

Joádsom Alves/Agência Brasil

STIEPAR

STF

Sinpeem

Sinpeem

HP

CHARGE DO ÉTON



Israel bombardeia com 2 mísseis hospital Al Ahly na cidade de Gaza



Bukele recebe afago de Trump no Salão Oval
Trump propõe ao presidente de El Salvador criar mais prisões para a deportação em massa

Trump recebeu o presidente de El Salvador, Nayib Bukele, na Casa Branca, nesta segunda-feira (14), afirmando que pretende deportar “quantos imigrantes for possível” para o país centro-americano, e que seu governo poderia ajudá-lo a construir mais megaprisões como esse que já existe lá, o maior das Américas.

Trump recebeu seu capacho Bukele com um aperto de mão, chamando-o de um “baita presidente” e declarando que “eles têm estruturas bem fortes” e que “não brincam no serviço”.

Em sua insanidade de deportar aos borbotões disse que “gostaria de facilitar e de ir um passo além, poderia ajudar a pagar [pelas prisões], se nossas leis permitirem”.

Durante o encontro no Salão Oval, o inquilino da Casa Branca afirmou que Bukele está fazendo um “trabalho fantástico” e se disse “honrado” em recebê-lo.

Em encontro típico de mafiosos, Trump e Bukele se acercam para tornar o país caribenho em uma grande detenção de sul-americanos que erroneamente viram nos EUA uma oportunidade de vida menos castigada pela pobreza.

ABUSOS DE DIREITOS HUMANOS

Mais de 250 imigrantes que, segundo autoridades da administração Trump, mas sem qualquer comprovação, estariam envolvidos com gangues e crimes violentos, foram enviados pelos EUA para El Salvador desde março — e amontoados na notória prisão de segurança máxima para gangues, localizada nos arredores da capital, San Salvador. Procedimento realizado sem se preocupar de fornecer nenhuma informação a respeito da identidade dos detidos nem das ilegalidades por eles cometidas.

Os migrantes que El Salvador recebe de Washington invocando a Lei de Inimigos Estrangeiros de 1798, que até agora só era usada em tempos de guerra, estão alojados nessa megaprisão de segurança máxima que, segundo diversos críticos, um antro onde impera a prática de abusos que menosprezam os direitos humanos.

PARA TRUMP, BUKELE É “INCRÍVEL”

Trump disse a jornalistas a bordo do Força Aérea Um (avião presidencial oficial dos EUA) que Bukele está sendo “incrível” ao se pronunciar positivamente sobre os deportados enviados pelos EUA e questionado se está preocupado com os relatos de violação dos direitos humanos no local, afirmou que não, que não tem nenhuma preocupação sobre essa questão.

ACUSAÇÕES SEM PROVAS

“Ele está cuidando de muitos problemas que temos e que realmente não seríamos capazes de resolver a partir desse momento. E ele está fazendo isso, ele tem sido incrível. Temos pessoas muito más naquela prisão, pessoas que nunca deveriam ter permitido que entrassem em nosso país. Assassinos, traficantes de drogas, algumas das piores pessoas do mundo estão naquela prisão”, assinalou o presidente dos EUA sem fornecer nenhuma prova sobre as acusações, confirmando o caráter servil de Bukele na recepção em massa dos deportados de Trump.

Advogados e familiares dos migrantes detidos afirmam que eles não são membros de gangues e não tiveram oportunidade de contestar a afirmação do governo norte-americano de que seriam criminosos.

“TARDE DEMAIS”

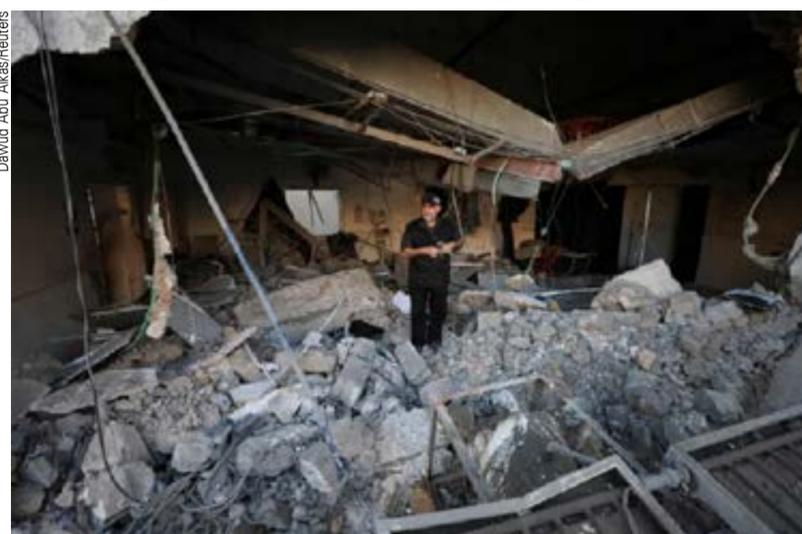
No mês passado, depois que um juiz decidiu que voos transportando migrantes processados sob a Lei de Inimigos Estrangeiros sem comprovação de estar fora da lei deveriam retornar aos EUA, Bukele escreveu “Ops... Tarde demais” nas redes sociais, ao lado de imagens mostrando homens sendo retirados de um avião na calada da noite.

Trump recebeu Bukele sob protestos da família de Kilmar Armando Garcia, imigrante salvadoreño que era residente legal nos EUA e foi deportado por engano para a prisão do país. No encontro, o salvadoreño disse que “não tem o poder” para devolver Kilmar aos EUA, e chamou a proposta de “absurda”. Ao que tudo indica também não tem o poder de decidir sobre seus cidadãos.

O secretário de Estado, Marco Rubio, argumentou que o imigrante estava ilegal nos EUA, e que o governo Trump o devolveu para seu país.

“Então a gente vê, isso aí é ilegal, é um ilícito internacional que os Estados Unidos fazem”, denuncia Priscila Caneparo, professora especialista em direito internacional, que compara o presidio de El Salvador aos antros de Guantánmo e Abu Ghraib.

“Um acordo de suas próprias vontades com bases capengas e sem endosso do direito internacional”, acrescenta a professora Priscila Caneparo.



Profissional de saúde nos escombros do departamento de emergência do hospital

Manifestantes na Luisiana exigem a liberação do ativista pró-Palestina Mahmoud Khalil

A cidade de Jena, no Estado da Luisiana, foi palco de manifestação exigindo a soltura do ativista e líder estudantil graduado na Universidade de Columbia, Mahmoud Khalil.

A concentração tomou a frente do Centro de Processamento de Imigrantes do Serviço de Imigração (ICE), nesta terça-feira, 15, no edifício está localizado no Centro de Detenção de LaSalle, onde Khalil está detido, os manifestantes exigem sua soltura. Khalil foi preso no mês passado, acusado de “antissemitismo” por liderar protestos contra o genocídio do povo palestino que Israel pratica em Gaza e na Cisjordânia.

Desde a posse de Trump, a repressão contra críticos do genocídio e do Estado de apartheid de Israel, tem lançado o alvo contra estudantes de universidades norte-americanas. Se estrangeiros, são ameaçados de cassação de vistos de permanência e deportação.

“Todos nós estamos aqui porque sabemos a importância deste momento. Os Estados Unidos têm sido muito claros sobre o fato de que estamos em um período de repressão à liberdade de expressão. Podemos ficar em casa, torcer para que os políticos resolvam a situação por si mesmos e esperar para ver se as coisas pioram ou melhoram, ou podemos vir e deixar bem claro que nos opomos a isso. Podemos



Manifestantes pedem liberação de Mahmoud Khalil

enviar uma mensagem às pessoas ao redor do mundo de que as pessoas na Louisiana e nos Estados Unidos se opõem a isso”, disse Jade Woods, uma das organizadoras do protesto.

Khalil foi preso, afastado de sua esposa grávida, e transportado para o Estado da Luisiana, possivelmente em um esquema do governo de Trump para conseguir a decisão favorável de um juiz alinhado com sua política de repressão que aprovou a continuidade da deportação de Khalil.

Khalil está no país legalmente, com residência permanente e não cometeu nenhum crime. Ele só criticou o genocídio do povo de Gaza por Israel, um direito de liberdade de expressão previsto na Constituição dos EUA.

Em outro Estado, no Texas, na cidade de Dallas, um grupo de ativistas pró-Palestina também se reuniram

no mesmo dia, em frente ao escritório de repressão à imigração da ICE da cidade. Eles denunciaram as revogações de vistos para estudantes das universidades da área e pediram pela liberdade a Khalil.

“Esta decisão perigosa e inconstitucional, que permite a deportação de um residente permanente legal porque o atual governo quer puni-lo por exercer seu direito garantido pela Primeira Emenda de criticar o genocídio de palestinos em Gaza pelo governo israelense, não deve ser mantida”, disse Mustafa Carroll, um dos organizadores.

“Embora a decisão de hoje seja apenas o primeiro passo de um longo processo judicial, ela deveria ser alarmante para todos os americanos que prezam a Declaração de Direitos e liberdades básicas como a liberdade de expressão”, disse.

Luisa González denuncia fraude, contesta o resultado a favor de Noboa e exige recontagem

Opositorista não reconhece resultado eleitoral, denuncia fraude, uso inconstitucional de Estado de Exceção, e afirma que pedirá recontagem dos votos. Rejeição de Luisa se dá devido a disparidade: enquanto no primeiro turno deu vantagem de 0,17% a favor de Noboa, segundo turno lhe deu um milhão de vantagem (55,9 a 44,1%).

No primeiro turno, a vantagem de Noboa sobre Luisa foi de 0,17%, cerca de 16 mil votos. As pesquisas mais próximas à realização do segundo turno indicavam a vitória da oposição, mas o resultado divulgado pelo CNE foi o oposto, com uma vantagem de Noboa superior a 1 milhão de votos.

Luisa González anunciou que vai pedir recontagem dos votos. “O Equador não pode ser governado por quem não é capaz de conduzir o país para a paz, a não-violência e ao desenvolvimento e só sabe fazer negócios para sua família, perseguir e odiar o povo equatoriano”, disse.

A oposição equatoriana tem denunciado que o CNE publicou atas eleitorais sem a assinatura dos presidente e secretário das mesas, o que é exigido pela legislação eleitoral.

O presidente do Equador, Daniel Noboa, foi reeleito com 55,9% dos votos contra 44,1% da opositorista Luisa González, em eleição marcada por



Noboa (dir.) vence no 2º turno e Luisa denuncia fraude

violência e decreto de Estado de Exceção por parte de Noboa. O resultado foi confirmado pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

Numa aberta ação intimidatória, Daniel Noboa se vale de seu cargo de presidente para decretar Estado de Exceção à véspera da eleição, em sete províncias do país, inclusive na capital, Quito, suspendendo os direitos de inviolabilidade do lar e de correspondência.

Já antes da realização do segundo turno, Luisa González denunciava que Noboa estava praticando abuso de poder e utilizando a estrutura da Presidência para se beneficiar no pleito, “algo que está expressamente proibido pela lei, mas o CNE fica em silêncio”.

Em seu discurso após a confirmação do resultado, González disse que o Estado de Exceção decretado por Noboa serviu “para garantir a

grotesca fraude eleitoral a qual estamos presenciando”

Noboa tem conduzido o país com uma política neoliberal e de submissão com os Estados Unidos, inclusive com uma tentativa de atropelar a Constituição para permitir que os EUA instalem novas bases militares no território equatoriano, o que tem sido barrado pelo parlamento.

Ele também autorizou, através de acordos de “cooperação militar”, que tropas dos Estados Unidos atuem no território equatoriano sob o pretexto de combate ao tráfico de drogas.

Tendo assumido a Presidência em 2023, depois que o banqueiro Guillermo Lasso abandonou o cargo em meio a uma crise institucional, Noboa não é legalmente considerado reeleito. Isso significa que ao final de seu mandato ele poderá se candidatar mais uma vez.

O Agressores deram meia hora para médicos, enfermeiros e pacientes, alguns deles em condição crítica saírem do prédio prestes a ser atacado

Agressores deram meia hora para médicos, enfermeiros e pacientes, alguns deles em condição crítica saírem do prédio prestes a ser atacado.

Bombardeio do hospital Al Ahly, ocorrido nas primeiras horas deste domingo, forçou pacientes, inclusive críticos, a se deslocarem para a rua, com partes do prédio inteiramente arruinadas.

Um dos funcionários do hospital recebeu uma ligação, dizendo que as pessoas no edifício teriam meia hora para saírem.

Logo depois da ligação, o hospital, o único que restou em funcionamento, na cidade de Gaza, a principal da Faixa, foi atingido por dois mísseis atirados pelos fascistas israelenses.

A Diocese de Jerusalém foi a primeira a protestar contra o bombardeio, do qual se disse “horrorizada”.

Segundo a Diocese foram destruídos prédios que abrigam os departamentos de emergência e de farmácia e outras dependências do hospital foram atingidas. A Igreja de São Filipe também foi atingida pelo bombardeio.

Na repulsa ao ataque, a Diocese de Jerusalém se disse horrorizada, “inclusive por ser a quinta vez que é bombardeada desde outubro de 2023, desta vez na manhã do Domingo de Ramos, início da Semana Santa”.

Fontes médicas de Gaza denunciaram que mais 40 palestinos foram assassinados nas 24 horas do dia 16 de abril, por contínuo bombardeio israelense. As mesmas fontes revelam que outros 73 ficaram feridos.

Com essa chacina, o número de mortos na Faixa de Gaza desde outubro de 2023 atinge a cifra de 51.065 e o de feridos vai a 116.505, número que pode ser ainda mais ele-

vado devido a possíveis perdas sob escombros das habitações e hospitais destruídos pelo regime fascista de Netanyahu.

Com a maioria dos atingidos sendo mulheres de crianças, os serviços de socorro continuam incapazes de alcançar muitos dos atingidos pelas bombas e corpos sob escombros devido ao bárbaro ataque das forças de ocupação israelenses contra socorristas em ambulâncias e veículos de resgate da Defesa Civil.

O massacre genocida, sob mando de Netanyahu (procurado por crimes de guerra, de acordo com a Corte de Haia, prossegue apesar das conclamações do Conselho de Segurança de ONU por um imediato cessar-fogo e das diretrizes da Corte Internacional de Justiça que urge medidas que previnam o genocídio e aliviem as trágicas condições e desastre humanitário em Gaza.

A Onu denuncia que as forças da ocupação israelenses continuam obstruindo a distribuição de ajuda humanitária na Faixa de Gaza e que o desumano bloqueio segue por já perto de dois meses.

Stephanie Tremblay, porta-voz do secretário-geral Antonio Guterres, destacou a necessidade de se continuar levando ajuda humanitária sem interrupção.

Ela acrescenta que mesmo quando a ajuda chega, os profissionais e voluntários dos serviços de distribuição de mantimentos continuam correndo risco de vida para realizar o seu trabalho.

As restrições impostas pela ocupação ao acesso de apoio humanitário, ainda prejudicam a chegada de medicamentos a doentes em casa ou hospitais colocando em risco a vida dos que ainda sobrevivem à violência das forças de Israel.



Projeto prevê construção de plataforma de lançamento Presidente da Agência Espacial da África do Sul comemora parceria em projetos junto com a Rússia

O presidente do conselho da Agência Espacial da África do Sul (South African National Space Agency - SANSA), Patrick Ndlovu, em uma entrevista para o site de notícias Sputnik África, disse que a Rússia é a principal parceira para o avanço do programa espacial da África do Sul.

“Devo dizer que a Rússia tem sido a mais disposta a fazer parcerias com a África do Sul em vários aspectos mutuamente benéficos para realmente avançar o nosso espaço e a nossa missão como nação”, ele disse.

Durante as comemorações no sábado, do dia da cosmonáutica, Ndlovu, que também é CEO da Infinity Integrated Solutions, ressaltou que a África do Sul “recebeu a maior parte de seu apoio da Federação Russa”.

Ele comemora a aliança entre os dois países e

se mostrou otimista do empreendimento aeroespacial da África do Sul e espera que continue a “crescer naturalmente” como resultado dessa operação.

Ndlovu vê o programa espacial sul africano além da cooperação com a Rússia e aponta que a África do Sul está fazendo contribuições significativas para a exploração espacial global ao providenciar uma localização estratégica para servir de base para equipamentos avançados para agências espaciais internacionais e operadoras de satélite privadas.

Em junho deste ano, o correspondente da Academia Russa de Ciências, Alexander Lutovinov, ressaltou a necessidade da cooperação entre os dois países na área de comunicação espacial e nos campos de astronomia e pesquisa espacial.

Desova de trilhões em títulos do Tesouro força Trump a recuo tarifário



CGT na luta contra desgoverno Milei (AFP)

Argentina faz greve geral contra arrocho, desemprego e ataques de Milei ao Estado

A Confederação Geral do Trabalho da Argentina (CGT) liderou nesta quinta-feira (10) a terceira greve geral contra a política de arrocho, desemprego e desmonte do Estado e da produção aplicada pelo presidente Javier Milei.

“Avisamos, e a realidade confirmou: o reajuste caiu pesado sobre os trabalhadores e aposentados, enquanto o setor financeiro multiplicou obscenamente seus lucros”, condenou o comunicado da CGT, assinado por Héctor Daer, Carlos Acuña e Oscar Argüello, sustentando a relevância da paralisação de 24 horas e da mobilização de 36 horas.

“Exigimos livre negociação coletiva, a aprovação de todos os Acordos Coletivos de Trabalho, um aumento emergencial para todos os benefícios de aposentadoria e pensão, uma atualização do bônus e o fim da repressão brutal aos protestos sociais”, apontaram as lideranças, que inundaram as ruas de Buenos Aires e de todo o país com cartazes anunciando as razões do movimento.

Com base nos informes recebidos de todo o país, o secretário-adjunto da CGT, Andrés Rodríguez, assegurou: “a greve é significativa”, com inúmeras confederações, federações e sindicatos informando de “um absenteísmo muito alto” nos locais de trabalho. De forma clara, acrescentou Daer, “dizemos ao governo que não pode haver preços livres com acordos coletivos fixos. Não pode haver acordos que não sejam aprovados”.

O secretário-geral do Sindicato Ferroviário do Oeste, Rubén Pollo Sobrero, ressaltou a “contundência” do movimento e explicou que a convocatória foi “plenamente acatada” nos trens, com a administração enfrentando “vários problemas”.

O secretário-geral da Associação de Pilotos de Linha Aérea (APLA), Pablo Biró, explicou estar “completamente de acordo” com a greve e antecipou que na próxima semana haverá uma nova paralisação de 12 horas do setor da aviação. “Há 100% de adesão dos pilotos no Aeroparque, e não haverá atividade em Ezeiza durante todo o dia”, disse.

Com apoio das duas Central de Trabalhadores de Argentina (CTA), uma multidão voltou a tomar as imediações do Congresso em apoio ao protesto que as entidades de aposentados realizam todas as quartas-feiras, ao lado de organizações políticas, sociais e de direitos humanos contra as políticas de “austeridade e destruição da economia” aplicadas pelo “serviço do Fundo Monetário Internacional”.

O secretário-geral da CTA-T, Hugo Godoy, destacou a multitudinária mobilização “em rejeição ao brutal ajuste econômico, às demissões em massa e ao avanço repressivo do governo de Javier Milei e seu ministro da Economia, Luis Caputo”.

Leia mais em www.horadopovo.com.br

“O rumo da Bolívia é a produção, não a especulação”, diz Arce

“Não se trata de comércio, não se trata de especulação; o caminho é a produção”, afirmou o presidente da Bolívia, Luis Arce Catacora, em cerimônia realizada nesta quarta-feira (9) na cidade de El Alto, onde concluiu a entrega de 337 máquinas de costura, de corte e vinco, a empreendimentos ligados à confecção liderados por mulheres dos departamentos de La Paz e Santa Cruz.

Destacando a importância de reativar a economia a partir das bases produtivas nacionais, Arce enfatizou que o projeto – realizado no âmbito do Programa Domitila Barros – não inclui apenas a distribuição de maquinarias, mas também assistência técnica especializada para garantir que sejam utilizadas de forma eficiente, gerando assim uma melhoria substancial na produtividade.

“Não vamos simplesmente entregar as máquinas e deixá-las sozinhas. Este programa tem a obrigação de apoiá-las e ensiná-las a operá-las e a melhorar sua produção”, enfatizou o presidente, desde

a Unidade de Produção Puro Couro, uma das beneficiadas em El Alto.

Conclamando os bolivianos a que consumam produtos nacionais como forma concreta de impulsar o mercado interno, gerando emprego e renda no próprio país, o chefe de Estado apontou que a iniciativa também incorpora uma perspectiva de gênero, com um investimento de mais de US\$ 7 milhões.

“Se continuarmos comprando produtos estrangeiros, criamos empregos lá fora, não aqui. Nossas companheiras estão mostrando que os bolivianos têm capacidade de produzir, e o que falta é apoio. Esse apoio está aqui: maquinário, capacitação e comprometimento do Estado”, frisou.

“Em El Alto, felizmente, temos produtores e trabalhadores homens e mulheres; também os temos em Warnes, Montero, Santa Cruz, em Achacachi (La Paz), os temos em todo o país, homens e mulheres dedicados a produzir. O que queremos é apoiar esses setores para que possam continuar e melhorar sua produção”, acrescentou.



Em meio ao nervosismo em Wall Street, Donald Trump piscou primeiro

Tarifa dos EUA “não leva a lugar nenhum”, afirma o presidente Xi Jinping

Em contraposição à fraca política imperial de Trump de persistir transformar o mundo em sua propriedade (como perorou seu secretário para América Latina, Pete Heseith: “Vamos recuperar nosso quintal”), o presidente da China, Xi Jinping, começou nesta segunda-feira (14) uma gira ao Sudeste Asiático em que reforçou as relações diplomáticas e comerciais com a região.

Xi tem buscado trabalhar com base no diálogo e entendimento, a série de visitas tem por objetivo entrelaçar as parcerias e torná-las mais estáveis, em oposição às ameaças e chantagens de Washington.

Com mais de 100 milhões de habitantes, o Vietnã é o primeiro dos países visitados na sequência, que inclui a Malásia (34,5 milhões) e o Camboja (17,1 milhões). O principal objetivo das viagens, “de grande importância”, como apontou Pequim, é compensar o impacto das taxas alfandegárias decretadas pelo presidente americano Donald Trump contra os produtos chineses e seu impacto para as economias locais.

O tarifaço imposto por Trump, assinalou Xi Jinping, “não está levando a lugar nenhum”, além de “um conflito do qual nenhum vencedor



Xi em visita ao Vietnã: parceria estratégica mais forte

pode emergir”. Em relação ao Vietnã, o líder chinês enfatizou a relevância dos “nossos dois países protegerem firmemente o sistema de comércio multilateral, a estabilidade das cadeias industriais e de suprimentos globais dentro de um ambiente internacional de abertura e cooperação”.

Além do Vietnã, Malásia e Camboja, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (Asean) é composta por Indonésia (281,6 milhões), Filipinas (116 milhões), Tailândia (66 milhões), Mianmar (55,7 milhões), Malásia (34,5 milhões), Laos (7,4 milhões), Singapura (6 milhões) e Brunei (456 mil), tendo se destacado como um poderoso

bloco regional.

Com mais de 700 milhões de habitantes, o Sudeste Asiático é apontado como essencial para as exportações chinesas, com a Asean sendo um dos seus maiores destinatários, totalizando US\$ 586,5 bilhões em mercadorias. Conforme dados da alfândega chinesa, entre eles se destaca o Vietnã, com US\$ 161,9 bilhões em importações chinesas, seguido pela Malásia, com US\$ 101,5 bilhões.

O ministro das Comunicações da Malásia, Fahmi Fadzil, considerou a visita do presidente como “parte das iniciativas do governo para melhorar as relações comerciais com vários países, incluindo a China”.

“América Latina não é quintal de ninguém”, responde chanceler chinês Wang Yi ao governo de Washington

O chanceler da China, Wang Yi, afirmou que os países da América Latina “não são quintal de ninguém”, em uma resposta direta ao anúncio, pelo secretário do Pentágono e ex-apresentador da Fox News Pete Hegseth, de que “vamos recuperar nosso quintal”. Perdido, segundo o ex-âncora, por culpa do governo Obama que deixou “a China tomar toda a América do Sul e Central”.

Os países latino-americanos buscam independência, e não “doutrinas de dominação”, sublinhou Wang. “O que os povos latino-americanos querem é construir seu próprio lar, não ser o quintal de ninguém”, acrescentou.

Hegseth fez a declaração sobre seu empenho em tirar a doutrina Monroe da lata de lixo da história no dia 10, à emissora da qual foi apresentador. O pronunciamento de Wang foi nessa segunda-feira (14).

Segundo a doutrina Monroe, o continente americano é dos “americanos” – entendido como “os norte-americanos”, não dos colonialistas europeus – isto é, da Standard Oil, United Fruits, ITT, GM, IBM, JP Morgan, Goldman Sachs, Raytheon, Lockheed e, mais recentemente, da Google, Microsoft, Meta, Amazon, OpenAI e Tesla.

O interlúdio ocorre em meio ao acirramento da guerra tarifária desencadeada desde Washington, não apenas contra a China, mas virtualmente contra o planeta inteiro, que Trump acusa de “explorar os EUA” – apesar de suas 800 bases, das 5.000 armas nucleares e do dólar.

O resmungo de Hegseth é quanto ao fato de que, como

na maior parte do mundo, também na América Latina o intercâmbio com a China alcançou novo patamar, por ser a fábrica do mundo, praticar relações ganha-ganha e não as do tipo ‘o-vencedor-leva-tudo’, e por ter se tornado líder nas tecnologias de ponta das quais o futuro da humanidade depende.

Desde sua posse no segundo mandato, Trump vem insistindo na tese de “retomar o canal do Panamá”, acusando a China de “controlá-lo”, o que é mentira, e inclusive pressionou o Panamá para se retirar da Iniciativa Cinturão e Rota (a nova rota da Seda), da qual este fazia parte desde 2017. Washington também segue pressionando para impor a volta de suas bases militares e passe gratuito no canal para os navios de guerra norte-americanos.

Também no caso da Groenlândia, que Trump diz que vai “comprar” ou invadir, o atual governo norte-americano fantasia que são os chineses que estariam “tomando” a ilha ártica, mas admite candidamente que o quer mesmo são as ‘terras raras’ usadas na alta tecnologia e nas armas e para cujo fornecimento atualmente os EUA dependem da China.

No mesmo período, o secretário do Tesouro, Scott Bessent, pressionou Javier Milei a se retirar do acordo de divisas com a China, que é um das poucas coisas que seguiu a Argentina de ir mais rápido ao fundo

do poço, assinado pelos peronistas e Pequin. E que o país asiático manteve, apesar da mudança de política argentina, mas coerente com a tradição chinesa de não interferir nos assuntos internos dos países parceiros.

Questionado em uma coletiva de imprensa, também o porta-voz da chancelaria chinesa, Lin Jian respondeu à narrativa da “ameaça da China” que, apontou, é promovida por certos funcionários dos EUA. E que está impregnada de preconceito ideológico e são resultado de uma mentalidade da Guerra Fria, e que não contém uma única palavra de verdade.

“Quem vê a América Latina e o Caribe como um quintal e impõe a ‘Neo-Doutrina Monroe’ sobre eles? Quem continua apontando o dedo para os assuntos internos desses países? Quem os tem coagido com ameaças tarifárias? Quem se envolveu em vigilância global massiva? Quem tem bases militares em todo o Hemisfério Ocidental? Quem está deixando as armas pequenas, leves e munições fluírem para a América Latina e o Caribe como uma Zona de Paz?” perguntou Lin, observando que o mundo sabe “muito bem” as respostas a essas perguntas.

Lin disse que a China está comprometida com a igualdade e os benefícios mútuos no envolvimento com esses países e nunca busca ganhar uma esfera de influência ou visar terceiros.

Leia a mais no site

Trump direciona guerra comercial contra a China que não se dobra à chantagem tarifária e convoca membros da OMC a proteger regras comerciais multilaterais e a resolver as diferenças pelo diálogo

A desova de quase US\$ 2 trilhões em títulos do Tesouro norte-americano – tidos como um porto seguro nas crises – enquanto rendimentos (juros) oferecidos por eles chegaram a atingir 4,51%, após serem 3,9% um dia antes, mais o indifereçável pânico em Wall Street e no Fed, forçaram nesta quarta-feira (9) Trump – após decretar tarifaço contra o planeta inteiro – a recuar para um patamar de 10% por 90 dias, ao mesmo tempo em que ele manteve a confrontação com a China. Nos dias anteriores, as bolsas derreteram no mundo inteiro, em reação ao “Dia da Libertação”, proclamado pelo bilardiário, na semana anterior.

O juro sobre os Treasuries (papelês do Tesouro) com prazos de 30 anos ultrapassou os 5%, o que aponta as taxas de hipoteca a chegarem a 7% novamente. Já os custos de empréstimos para carros, empresas, etc., começaram a subir, significando custos mais altos ao governo dos EUA para manter sua monumental dívida de US\$ 32 trilhões, da qual US\$ 8,6 trilhões vencem no decorrer de um ano.

A iminência de colapso não veio como um relâmpago em céu azul, com um magnata apoiador de Trump, o especulador em fundos de hedge Bill Wackman, advertindo na véspera a iminência de “um inverno nuclear econômico autoinfligido”. Partiu dele a sugestão da “pausa de 90 dias” ao tarifaço.

Em paralelo, o dólar estava caindo em relação às outras moedas e consumidores temerosos do repique inflacionário iam às lojas para estocar bens e utilidades. Ainda na terça-feira, um leilão de notas do Tesouro de três anos teve demanda muito baixa, forçando os dealers a trabalharem com quase 21% na oferta, o pior percentual desde 2023.

O próprio secretário do Tesouro, Scott Bessent foi forçado a ir à Fox Business, na turbulenta quarta-feira, para tentar tranquilizar as pessoas, dizendo acreditar “que não há nada de sistêmico nisso, acho que é uma desalavancagem desconfortável, mas normal, que está ocorrendo no mercado de títulos”.

O pânico foi registrado pelo The New York Times: “os investidores começaram a se desfazer dos títulos do governo dos EUA. Eles venderam, venderam e venderam. Isso não é normal”.

“Normalmente”, prosseguiu o NYT, “os títulos do governo dos EUA são um porto seguro. Sempre que as ações despencam ou há turbulência em todo o mundo, os investidores correm para comprar títulos do Tesouro americano. Mas, de repente, esses títulos se tornaram amargos”. O que, aliás, já aconteceu antes, no crash de 2008 e em grande medida pouco antes da pandemia.

Ao final, Trump, que no início do dia fora à sua rede Truth Social convocar que “hoje é um ótimo dia para comprar [ações]”, teve de cair na real e decretar a pausa no tarifaço. Ele admitiu aos repórteres ter percebido “que as pessoas [no mercado de títulos] estavam passando um pouco da linha. Estavam ficando agitadas”.

Sobre tamanho fuzuê, o Wall Street Journal estampou o porquê “de Trump ter piscado sobre as tarifas poucas horas depois de entrarem em vigor”. Com direito a acréscimo de “o mundo pergunta: é método ou loucura?”

Para o jornal inglês The Guardian, Trump escapou

por pouco do destino da primeira-ministra britânica Liz Truss, forçada em 2022 a renunciar após provocar desastre semelhante no mercado de títulos de Londres e quase quebrar o Banco da Inglaterra.

Nesta quinta-feira (10), a euforia vivida em Wall Street no momento seguinte ao recuo de Trump já ficara para trás, com nova rodada de perdas nos índices da Bolsa novaiorquina: (-3,45% S&P 500); (-2,54% Dow Jones); e (-4,31% Nasdaq). O S&P 500 é o índice em que se baseiam as contas de poupança 401-k, vitais para os aposentados.

145%: CHANTAGEM

O que o NYT descreveu como “ações caem novamente com aumento da angústia em relação à guerra comercial de Trump” – no caso, a Casa Branca esclarecendo que a tarifa contra a China de 125% seria somada aos 20% a pretexto do fentanyl, totalizando 145%, tornando ainda mais evidente que o intercâmbio comercial com a China virtualmente parou.

Segundo o chefe da Organização Mundial do Comércio, Ngozi Okonjo-Iweala, a guerra tarifária EUA-China pode reduzir o comércio de mercadorias entre os dois países em 80%, o que pode “prejudicar gravemente as perspectivas econômicas globais”.

As principais exportações da China para os Estados Unidos provavelmente serão as mais atingidas – tudo, desde eletrônicos e máquinas até têxteis e roupas, de acordo com o Instituto Peterson de Economia Internacional. E devido ao papel crucial que os produtos chineses desempenham no fornecimento de empresas americanas, as tarifas também podem prejudicar fabricantes e consumidores americanos, alertaram analistas.

Assim, o “Dia da Libertação” [e do tarifaço] que deveria ser uma porta de entrada simbólica para sua prometida “era de ouro da grandeza americana”, em vez disso, desencadeou uma torrente de quedas do mercado global que gerou alertas de uma recessão, ou mesmo uma depressão no estilo dos anos 1930, enquanto Trump descartou tudo como uma “interrupção” temporária, assinalou o Guardian.

OMC DISCUTE

Na quarta-feira (9), em Genebra, a China formalizou na Organização Mundial do Comércio (OMC) sua contestação às mal denominadas “tarifas recíprocas” de Trump na primeira sessão anual do Conselho de Comércio de Mercadorias, instando os membros da OMC a retornarem ao cumprimento das normas da entidade.

A China destacou que o sistema de comércio multilateral centrado na OMC serve como base institucional para o comércio global, e o compromisso tarifário multilateral baseado no tratamento de nação mais favorecida (NMF) garante que todos os membros da OMC conduzam o comércio e a cooperação em um ambiente transparente, previsível e não discriminatório, disse a Xinhua.

As “tarifas recíprocas” são uma abordagem “equivocada e contraproducente” que não apenas falha em resolver os desequilíbrios comerciais, mas também sairá pela culatra para os próprios EUA.[...]

Leia íntegra no site do HP

Não adaptar a análise do mundo do trabalho à lógica neoliberal

É uma armadilha considerar que o mundo do trabalho passa por uma ruptura, especialmente porque os porta-vozes do mercado utilizam esse argumento para defender mais desregulamentação e retirada de direitos

CAROLINA MARIA RUY

A dinâmica do mundo do trabalho é tema de grandes debates. E atualmente, sua relação com a tecnologia e o crescente processo de precarização estão no foco.

No entanto, é preciso cautela para não nos deixarmos levar por discursos que alegam que existem transformações disruptivas, sem reconhecer a permanência de estruturas de poder e dominação características do sistema capitalista. O assunto carece de uma abordagem mais marxista e mais desenvolvimentista para não cair em uma acomodação ao neoliberalismo.

Fiquei a pensar sobre o tema após um debate organizado pela Fundação Maurício Grabois, no 14 de março de 2025, denominado: “Nova configuração das relações de trabalho: o que essa nova configuração alterou nas relações laborais e o que manteve para perpetuar as relações de poder e de classe?”, do qual participei como moderadora.

Minha reflexão baseou-se na busca dos princípios que fundamentam e amarram no campo da esquerda as importantes contribuições apresentadas. Princípios que dialogam e, ao mesmo tempo, somam-se a novas ideias, em uma análise marxista da sociedade e da história — como base teórica — e desenvolvimentista — como perspectiva.

Dois pontos-chave se destacaram no debate:

1. As supostas mudanças disruptivas no mundo do trabalho promovidas pela tecnologia (incluindo a mentalidade do trabalhador);

2. E a desregulamentação versus formalização.

Muito se tem falado sobre uma “profunda transformação nas relações laborais”.

Contudo, discordo que estejamos diante de uma ruptura ou mesmo de uma reconfiguração.

É inegável que enfrentamos mudanças nas ferramentas produtivas, que por sua vez interferem na organização do trabalho. No entanto, seguimos convivendo com a classe que vende sua força de trabalho e aquela que acumula capital.

Tomemos como exemplo o trabalhador que se inscreve em um aplicativo para atuar como entregador ou motorista: ainda que essa modalidade seja vendida como expressão de “liberdade” e “empreendedorismo”, na prática, está sujeita às regras



impostas pelos donos da plataforma, que lucram com a exploração de mão de obra barata.

É uma armadilha considerar que o mundo do trabalho passa por uma ruptura, especialmente porque os porta-vozes do mercado utilizam esse argumento para defender mais desregulamentação e retirada de direitos. A reforma trabalhista de 2017, negligenciada como tema central até mesmo no campo progressista — e que deveria ser revista, considerando o caráter golpista do contexto em que foi imposta —, foi sustentada por uma falsa noção de “transformações disruptivas” incompatíveis com a legislação trabalhista.

Avançaremos mais no debate sobre justiça social e na projeção de uma sociedade sob novos parâmetros se, a despeito de toda a parafernália tecnológica, investigarmos as bases que determinam a hierarquização das funções e a distribuição da riqueza.

É fundamental identificar como, travestidas de “modernas”, as contradições de classe permanecem e que o movimento de inovação constante é intrínseco ao sistema capitalista.

Concordo, como foi levantado no debate do dia 14, que houve mudanças no espírito da classe trabalhadora, que, imersa na precarização, tende a rejeitar sua própria identidade enquanto classe. Mas o foco não deve estar na disposição subjetiva do trabalhador, moldada pelas condições adversas a que está submetido. O verdadeiro problema está nessas condições, nos agentes que as impõem e nos interesses que as sustentam. Avaliar apenas o humor da classe trabalhadora, em vez de identificar os interesses que o forjaram, é render-se e adaptar-se ao projeto da classe dominante que perpetua a desigualdade.

Com relação ao ponto “desregulamentação versus formalização”, chamou-me a atenção a afirmação de que os trabalhadores de plataformas rejeitam os direitos garantidos pela CLT devido à natureza conflituosa e até violenta da relação



Valter Campanato/Agência Brasil



A reforma trabalhista de 2017, negligenciada como tema central até mesmo no campo progressista — e que deveria ser revista, considerando o caráter golpista do contexto em que foi imposta —, foi sustentada por uma falsa noção de “transformações disruptivas” incompatíveis com a legislação trabalhista. Avançaremos mais no debate sobre justiça social e na projeção de uma sociedade sob novos parâmetros se, a despeito de toda a parafernália tecnológica, investigarmos as bases que determinam a hierarquização das funções e a distribuição da riqueza. É fundamental identificar como, travestidas de “modernas”, as contradições de classe permanecem e que o movimento de inovação constante é intrínseco ao sistema capitalista

entre patrão e empregado. E ainda, que o vínculo formal se aproximaria de uma nova forma de “escravidão”.

Tal alegação ignora que a legislação trabalhista foi criada justamente para coibir abusos, como resposta à mentalidade escravocrata que predominava na República Velha e no início da industrialização.

É um contrassenso justificar a recusa ao trabalho registrado por conta dos conflitos existentes. Ainda que se considere a peculiaridade de cada relação, está mais do que

comprovado que a informalidade — muitas vezes sinônimo de precarização — é, em geral, mais danosa, insegura e degradante para o trabalhador.

A legislação trabalhista, por outro lado, permanece conectada com a realidade nacional, abrangendo múltiplos setores e categorias profissionais. Ela é um marco civilizatório que, a meu ver, deve ser valorizado e atualizado para ampliar direitos — nunca para restringi-los.

Compreender, ao mesmo tempo, o caráter per-

manente das contradições de classe, apesar das inovações que impactam o ambiente profissional, e o papel do Estado em garantir empregos seguros e com potencial de ascensão social, são princípios valiosos que devem orientar o debate — tanto no campo marxista, no plano teórico, quanto no desenvolvimentista, na prática cotidiana do país.

Acrescento, ainda, a importância vital do movimento sindical na organização dos trabalhadores. Com sua ampla capilaridade e presença concreta na vida dos trabalhadores, por meio de acordos

No alto, Primeiro de Maio de 1939: os trabalhadores comemoram as leis trabalhistas, que seriam consolidadas em 1943 na CLT. Ao lado, recente greve dos trabalhadores de aplicativos por aumento nas remunerações e melhores condições de trabalho

salariais e convenções coletivas, o sindicalismo representa um canal pelo qual o campo progressista e a esquerda podem se conectar com o mundo real.

Contudo, esse movimento, dilapidado pelas reformas liberais iniciadas no governo Temer, ainda em 2025, sente os efeitos das perdas impostas em 2017.

É necessário aprofundar o debate sobre a classe trabalhadora brasileira — não apenas em sua interface com a tecnologia ou no cenário global, mas entendendo sua complexidade e amplitude. Afinal, ela é, essencialmente, o próprio povo brasileiro.

Carolina Maria Ruy é jornalista e coordenadora do Centro de Memória Sindical.